



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

ABRIL/2012



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicional está obrigada nos termos do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011.

São Paulo, 2012



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	7
LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS.....	9
1. Introdução	11
1.1. Estrutura	11
1.2. Aplicabilidade	11
1.3. Principais realizações e Principais Dificuldades do FI-FGTS em 2011	12
1.4. Planos e Projetos para o exercício de 2012.....	13
2. Identificação do FI-FGTS	15
3. Informações sobre o Planejamento e Gestão Financeira do FI-FGTS.....	16
3.1. Responsabilidades Institucionais do FI-FGTS.....	16
3.1.1. Competência Institucional.....	16
3.1.2. Estrutura Organizacional.....	17
3.1.3. Objetivos Estratégicos.....	18
3.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	22
3.2.1. Informações Iniciais sobre a Política de Investimento.....	22
3.2.1.1 Rentabilidade do FI-FGTS.....	25
3.2.2. Análise do Plano de Ação do FI-FGTS referente a 2011	26
3.2.3. Análise do andamento do Plano Estratégico e do Plano de Ação do FI-FGTS	27
3.3. Desempenho Financeiro e Gestão de recursos do FI-FGTS	30
3.3.1. Desempenho Financeiro do FI-FGTS em 2011	30
3.3.2. Indicadores de desempenho sócio-econômico	33
4. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas: ...	35
5. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações da CGU e em relatórios de auditoria interna da CAIXA ou as justificativas para o não cumprimento	37
5.1. Deliberações da CGU/Auditoria Interna atendidas no exercício de 2011	37
5.2. Deliberações da CGU/Auditoria Interna pendentes no exercício de 2011	42
6. Outras informações relevantes para a Unidade demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão.....	45
7. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da Gestão	46
8. Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis	48
9. Resultado da avaliação do impacto sócio-econômico das operações do FI-FGTS.....	49



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

9.1.	Número de operações e valores aplicados por setor econômico e por unidade da federação	49
9.2.	Número de operações e valores dos investimentos e dos recursos liberados e aprovados no exercício em relação ao total por setor econômico e ao total por unidade da federação	50
9.3.	Legislação pertinente e suas atualizações	51
9.4.	Remuneração do banco operador	52
9.5.	Formas de controle e acompanhamento dos investimentos	53
9.6.	Relação dos principais projetos e operações no exercício de 2011, por ordem decrescente de valor investido, até o montante acumulado de 90% do total de recursos aplicados pelo FI-FGTS	53
9.6.1.	BNDES.....	54
9.6.2.	SANTO ANTONIO ENERGIA.....	54
9.6.3.	OTPP.....	55
9.6.4.	FOZ DO BRASIL	56
9.6.5.	EEVP.....	57
9.6.6.	ENERGIMP	57
9.6.7.	CCR.....	58
9.6.8.	CONE.....	59
9.6.9.	FIP SANEAMENTO	60
9.6.10.	EMBRAPORT	60
9.6.11.	ALUPAR HOLDING	61
9.6.12.	J. MALUCELLI	62
9.6.13.	MRS	62
9.6.14.	NOVA CIBE.....	63
9.6.15.	MDC PAR.....	64
9.6.16.	FIDC CEEE.....	64
9.6.17.	HIDROTERMICA	65
9.6.18.	EPESA	66
9.6.19.	ALL.....	66
9.6.20.	IRACEMA	67
9.6.21.	FIDC ENERGISA.....	68
9.6.22.	LOGBRAS	69
9.6.23.	TESC.....	69
9.6.24.	ERB.....	70



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

9.6.25. Alupar Usinas.....	71
10. Conclusão.....	72



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ALL – Empresa América Latina Logística S.A.
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S/A
BACEN – Banco Central do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CA – Conselho de Administração da Caixa
CAIXA – Caixa Econômica Federal
CCFGTS – Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
CCR – Empresa CCR Concessões Rodoviárias S. A.
CEEE GT – Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul
CESB - Companhias Estaduais de Saneamento Básico
CGU – Controladoria Geral da União
CI FI-FGTS – Comitê de Investimentos do FI-FGTS
CMN – Conselho Monetário Nacional
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DF – Demonstrações Financeiras
DN – Decisão Normativa
EEVP - Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
EPE - Empresa de Pesquisa Energética
EPESA - Central Elétrica de Pernambuco S.A
ERB - Energias Renováveis do Brasil S.A
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIP – Fundo de Investimento em Participação
FIP SANEAMENTO - CAIXA Fundo de Investimento em Participações Saneamento
FI-FGTS - Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GASBOL – Gasoduto Bolívia-Brasil
GEAFE – Gerência Nacional de Gestão de Fundos Estruturados
GEAJU – Gerência Nacional de Atendimento Jurídico
GECTI – Gerência Nacional de Captação de Recursos de TI
GEDEF – Gerência Nacional de Desenvolvimento de Fundos Estruturados
GEPAD – Gerência Nacional de Padronização e Normas Técnicas
GEPES – Gerência Nacional de Administração do Quadro de Pessoas
GNV – Gás Natural Veicular
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IN – Instrução Normativa
IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física
JME – J. Malucelli Energia
MESA – Madeira Energia
MME – Ministério de Minas e Energia



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

MN – Manual Normativo
MRS – Empresa MRS Logística S.A.
NS – Norma Setorial
ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OTP – Odebrecht Transport S.A.
OTTP – Odebrecht Transport Participações S.A.
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas
PIB – Produto Interno Bruto
PPP – Parceria Público-Privada
PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
PwC - PricewaterhouseCoopers
REFI – Relatório Final de Investimentos
RG – Relatório de Gestão
ROPI – Relatório de Oportunidades de Investimentos
SAESA – Santo Antônio Energia S.A.
SNSA – Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
SPE – Sociedade de Propósito Específico
SRFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil
SUFES – Superintendência Nacional de Fundos Especiais
SUFUG – Superintendência Nacional do Fundo de Garantia
SUGTI – Superintendência Nacional de Governança de Tecnologia da Informação
SURIC – Superintendência Nacional de Risco de Crédito
TCU – Tribunal de Contas da União
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.
TPF – Título Público Federal
TR – Taxa Referencial
UHE – Usina Hidrelétrica
UJ – Unidade Jurisdicional
UTE – Usina Termelétrica
VITER - Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

Ilustração 1 - Organograma Funcional.....	18
Ilustração 2 - Distribuição dos Recursos do FI-FGTS por região do país.	50
Ilustração 3 - Distribuição dos Recursos do FI-FGTS por região do país apenas em 2011.....	51
Tabela 1 - Integralizações FGTS e FI-FGTS	32
Tabela 2 – Distribuição por Instrumento.....	49
Tabela 3 – Distribuição Setorial.....	50
Tabela 4 – Setor Investido.....	51
Quadro 1 - A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	15
Quadro 2 – A.8.1 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	36
Quadro 3 – A.16.1a - Informações sobre recomendação da CGU atendidas.....	37
Quadro 4 - A.16.1b – Informações sobre recomendação da CGU atendidas.....	38
Quadro 5 - A.16.1b – Informações sobre recomendação da CGU atendidas.....	38
Quadro 6 - A.16.1c – Informações sobre recomendação da CGU atendidas.....	39
Quadro 7 - A.16.1d – Informações sobre recomendação da CGU atendidas.....	40
Quadro 8 - A.16.1e – Informações sobre recomendação da CGU atendidas.....	41
Quadro 9 - A.16.2a – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	42
Quadro 10 - A.16.2b – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência.....	43
Quadro 11 – Resumo da operação com o BNDES.....	54
Quadro 12 – Resumo da operação com a Santo Antonio Energia S.A.	54
Quadro 13 – Resumo da operação com a OTPP.	55
Quadro 14 – Resumo da operação com a Foz do Brasil S.A.	56
Quadro 15 – Resumo da operação com a EEVP.....	57
Quadro 16 – Resumo da operação com a Energimp	57
Quadro 17 – Resumo da operação com a CCR.....	58
Quadro 18– Resumo da operação com a Cone	59
Quadro 19 – Resumo do FIP Saneamento	60
Quadro 20 – Resumo da operação com a Embraport.....	61
Quadro 21 – Resumo da operação com a Alupar.....	61
Quadro 22 – Resumo da operação com a J. Malucelli	62
Quadro 23 – Resumo da operação com a MRS	62
Quadro 24 – Resumo da operação com a Nova Cibe.....	63
Quadro 25 – Resumo da operação com a MDC.....	64
Quadro 26 – Resumo da operação com a FIDC CEEE.....	64
Quadro 27 – Resumo da operação com a Hidrotérmica.....	65
Quadro 28 – Resumo da operação com a EPESA.....	66
Quadro 29 – Resumo da operação com a ALL	67
Quadro 30 – Resumo da operação com a Iracema	67



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Quadro 31 – Resumo da operação com a Energisa	68
Quadro 32 – Resumo da operação com a Logbras	69
Quadro 33 – Resumo da operação com a TESC	69
Quadro 34 – Resumo da operação com a ERB	70
Quadro 35 – Resumo da operação com a Alupar Usinas	71
ANEXO 1 – DF FI-FGTS	73
ANEXO 2 – PARECER AUDITORIA INDEPENDENTE	99
ANEXO 3 – INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS	102
ANEXO 4 – INDICADORES FI-FGTS 2011	103



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

1. Introdução

1.1. Estrutura

Este Relatório de Gestão tem como objetivo apresentar os resultados da administração e gestão do FI-FGTS e está estruturado conforme a IN-TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, a DN- TCU Nº 108 e anexos, de 24 de novembro de 2010, a Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011 e a Portaria CGU nº 2.546, de 27 de dezembro de 2010.

O presente relatório foi elaborado com as principais informações sobre a atuação do FI-FGTS, frente às responsabilidades institucionais, o desempenho financeiro e a gestão de recursos durante o exercício de 2011, contemplando o funcionamento do sistema de controles internos, as providências tomadas com relação às deliberações exaradas pelo TCU, as recomendações da auditoria interna, as demonstrações contábeis da gestão e o parecer da auditoria interna, bem como o resultado da avaliação do impacto sócio-econômico das operações do FI-FGTS.

Além disso, serão apresentados os investimentos realizados em 2011, os resultados do acompanhamento realizado nas empresas investidas, e, por fim, a conclusão do presente Relatório.

1.2. Aplicabilidade

Em consideração aos itens da **Parte A, Anexo II**, da DN TCU nº 108/2010, foram listados abaixo aqueles que não possuem aplicabilidade ao FI-FGTS, bem como os que não tiveram ocorrência no exercício de 2011 ou que são apreciados no RG da CAIXA:

- a)** Item 2, c, I e II - não há aplicação desse item ao FI-FGTS, pois este foi criado no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como mecanismo de utilização dos recursos do FGTS, porém não há vinculação a nenhum programa específico do Governo.
- b)** Itens 3, 4, 6 e 7 - não se aplicam devido a natureza jurídica do FI-FGTS.
- c)** Item 5, 9, 10 e 12 - os dados referentes a estes itens serão, oportunamente, apresentados no RG da CAIXA, UJ também responsável pelo envio de informações nos moldes da DN TCU nº 108/2010, pois toda a composição do quadro de recursos humanos; informações sobre funcionamento do sistema de controle interno; informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação e na contratação de serviços ou obras; e informações sobre a gestão de tecnologia da informação estão vinculadas aos padrões e estruturas da CAIXA.
- d)** Item 11 - o FI-FGTS não possui patrimônio imobiliário classificado como "Bem de Uso Especial".
- e)** Itens 13 e 14 - não há aplicação destes itens ao FI-FGTS.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

f) Item 15 – não houve recomendações do TCU ao FI-FGTS.

Com relação a **Parte B, Anexo II**, da DN TCU nº 108/2010, os itens abaixo relacionados não possuem aplicabilidade ao FI-FGTS:

a) Itens 1 e 4 – estes itens não se aplicam, por se tratar de fundo de investimento enquadrado no item “f”, do Quadro A1 – RELACIONAMENTO ENTRE AS UNIDADES JURISDICIONADAS E OS CONTEÚDOS GERAIS E CONTÁBEIS DO RELATÓRIO DE GESTÃO.

b) Item 2 – não se aplica ao FI-FGTS, pois a Lei nº 4.320/64 dispõe sobre as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

1.3. Principais realizações e Principais Dificuldades do FI-FGTS em 2011

O FI-FGTS tem por finalidade investir na infraestrutura do país, tendo em vista promover o desenvolvimento do país, por meio da ampliação da capacidade instalada dos setores de rodovia, ferrovia, hidrovias, porto, saneamento e energia, conforme disposto em seu regulamento.

Nesse passo e considerando o desenvolvimento dos setores de infraestrutura em consonância com importantes programas sócio-econômicos, pode-se destacar algumas das principais realizações do FI-FGTS em 2011.

Uma importante conquista em 2011 foi a realização do primeiro investimento do FIP SANEAMENTO na empresa Saneatins por da aquisição de participação na Foz Centro Norte Participações (“FCN”), que prevê a implantação de rede de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto em cerca de 52 municípios do Estado de Tocantins.

O FIP SANEAMENTO foi constituído em 2010 com recursos do FI-FGTS para suprir a necessidade de dinamização na aplicação dos recursos do FGTS em saneamento básico, por meio de um veículo próprio.

Além dessa conquista, o FI-FGTS realizou dois novos investimentos em 2011, sendo um projeto no setor de energia renovável, com a exploração e comercialização de gás natural e biogás, e um empreendimento de infraestrutura complementar aos setores de rodovia e porto.

O projeto denominado MDC Par S.A caracteriza-se pela participação acionária do FI-FGTS nesta *holding* e prevê a ação da empresa, dentro do setor de energia, em todo o ciclo de produção, desde a extração de gás natural e produção de biogás até a sua distribuição e comercialização, além do desenvolvimento de projetos de soluções para o setor de energia.

Outro investimento no qual o FI-FGTS adquiriu participação acionária, foi a SPE denominada Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A., cujo objetivo é atuar no



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

setor de infraestrutura complementar aos segmentos de rodovia e porto, com a criação de parques logísticos de armazenamento e distribuição em regiões estrategicamente localizadas.

Ainda durante o exercício de 2011 o FI-FGTS realizou novo investimento na companhia Hidrotérmica para o financiamento de empreendimentos de geração de energia termelétrica.

Os novos projetos serão descritos detalhadamente no item “Resultado da avaliação do impacto sócio-econômico das operações do FI-FGTS”, do presente Relatório.

No tocante às dificuldades enfrentadas pelo FI-FGTS no exercício de 2011, uma das questões que inviabilizaram um melhor desempenho na captação de operações foi encontrar no mercado projetos que apresentassem retornos financeiros substanciais atrelados a efetivos benefícios sócio-ambientais.

No entanto, embora no ano de 2011 tenham ocorrido efetivamente dois desembolsos de recursos para novos projetos, o FI-FGTS possui em carteira 14 projetos aprovados, que seguirão as demais instâncias de aprovação interna e externa, com possibilidade de desembolso ao longo de 2012.

1.4. Planos e Projetos para o exercício de 2012

Dentre os planos para o exercício de 2012 destacam-se:

- Continuidade dos investimentos em projetos de infraestrutura nos setores previstos no Regulamento, com destaque para saneamento e projetos de logística nos setores de rodovia, ferrovia, hidrovias, porto e infraestrutura complementar a estes setores.
- Realização de novos investimentos pelo FIP Saneamento;
- Manutenção da rotina de acompanhamento dos investimentos, por meio de cronogramas de visitas às obras dos projetos/empreendimentos investidos, acompanhando a evolução das obras e o cumprimento dos prazos estabelecidos;
- Aprimoramento dos controles e procedimentos de mensuração dos resultados sócio-econômicos dos projetos;
- Aprimoramento dos procedimentos de acompanhamento das empresas investidas, possibilitando mais controle sobre os investimentos e criando modelos a serem utilizados para veicular a informação às áreas externas;
- Aprimoramento dos sistemas de dados e informações por meio de sistemas de controle, com a finalidade de conferir mais precisão e confiabilidade aos dados, promover a eficiência operacional e a aderência às políticas administrativas recomendadas, além de melhorar o acompanhamento dos resultados, a fim de alcançar as metas e objetivos estabelecidos.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Para o exercício de 2012 ainda estão previstos novos investimentos, sendo que até dezembro de 2011 estavam em análise de oportunidade prévia de investimento diversos projetos dos seguintes segmentos: energia, porto, saneamento, rodovia, ferrovia; de infraestrutura complementar a portos e ferrovias; e multimodal compreendendo os setores de ferrovia, rodovia e hidrovía.

Além disso, estão em análise final da proposta de investimento projetos nos setores de energia e rodovia que poderão se concretizar ainda no primeiro semestre de 2012 e que gerarão um investimento estimado de R\$ 1.750.000.000,00 (um bilhão e setecentos e cinquenta milhões de reais).



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

2. Identificação do FI-FGTS

Quadro 1 - A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Trabalho e Emprego		Código SIORG: Não se aplica	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço			
Denominação abreviada: FI-FGTS			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: Não se aplica	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundo de Investimento			
Principal Atividade: Não se aplica			Código CNAE: Não se aplica
Telefones/Fax de contato:	(11) 3555-6350	(011) 3555-6378	Não se aplica
E-mail: viter@caixa.gov.br, sufes@caixa.gov.br, geafe@caixa.gov.br			
Página na Internet: www.fgts.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Paulista, 2300, 11º andar – Cerqueira César – São Paulo – SP – CEP 01310.300			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 11.491, de 20/06/2007.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Instrução CVM nº 462, de 26/11/2007; Regulamento do FI-FGTS, aprovado pela Resolução CCFGTS 553/07.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica.			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3. Informações sobre o Planejamento e Gestão Financeira do FI-FGTS

3.1. Responsabilidades Institucionais do FI-FGTS

3.1.1. Competência Institucional

O FI-FGTS foi criado a partir da Medida Provisória nº 349, de 22/01/2007, convertida na Lei nº 11.491, de 20/06/2007, e é regulado pela Instrução CVM nº 462, de 26/11/2007, por seu Regulamento, aprovado na Resolução CCFGTS 553/07 e pelas diretrizes de gestão e aplicação de recursos estabelecidos em seu Comitê de Investimentos e também pelo CCFGTS.

O FI-FGTS não se caracteriza como órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo. Trata-se de um fundo de investimento que não dispõe de personalidade jurídica e de estrutura administrativa e operacional próprias, ficando suas atividades relativas à administração e gestão de recursos, conforme previsão legal, a cargo da Caixa Econômica Federal.

A referida Lei nº 11.491/07, estabeleceu que a CAIXA será responsável pela gestão e administração do patrimônio do FI-FGTS, além de representá-lo judicial e extrajudicialmente. A VITER, situada à Avenida Paulista nº 2.300, 11º andar, São Paulo - SP, CEP 01310-300, Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros da Caixa Econômica Federal, empresa pública de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede na cidade de Brasília - DF, no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lotes 3/4, por meio da SUFES, por conta de definições estatutárias de suas atividades, está responsável pelas atividades inerentes à gestão e administração do FI-FGTS.

O objetivo do FI-FGTS é proporcionar a valorização das cotas por meio da aplicação de seus recursos na construção, na reforma, na ampliação ou na implantação de projetos de infraestrutura nos setores de rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia e saneamento, e empreendimentos complementares a estes, conforme previsto em seu Regulamento. O Fundo também poderá participar de projetos contratados sob a forma de parcerias público-privadas (PPP), desde que atendidas as condições estabelecidas no Regulamento.

O FI-FGTS recebe aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e, quando autorizado pelo Conselho Curador do FGTS, de Fundos de Investimento em Cotas do FI-FGTS.

Destaca-se que, pelo fato do FI-FGTS realizar investimentos nos setores-alvo por meio de instrumentos de dívida e de participação societária, conforme dispõe a política de investimentos contida em seu Regulamento, este não se enquadra como um Agente Financiador ou Ente Creditício, mas sim como um Agente Investidor que se sujeita as regras de mercado impostas pela CVM.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.1.2. Estrutura Organizacional

O FI-FGTS é um fundo de natureza privada, criado por meio de Lei, regido por seu Regulamento, e segue os preceitos definidos por dois órgãos colegiados de caráter deliberativo, a saber: (i) Conselho Curador do FGTS e (ii) Comitê de Investimentos do FI-FGTS.

A CAIXA tem a responsabilidade pela gestão e pela administração do FI-FGTS que é disciplinado e fiscalizado pela CVM, e que observa as diretrizes do CMN no tocante ao Chinese Wall¹ e, por isso, é administrado e gerido pela VITER - área de administração e gestão de recursos de terceiros da CAIXA.

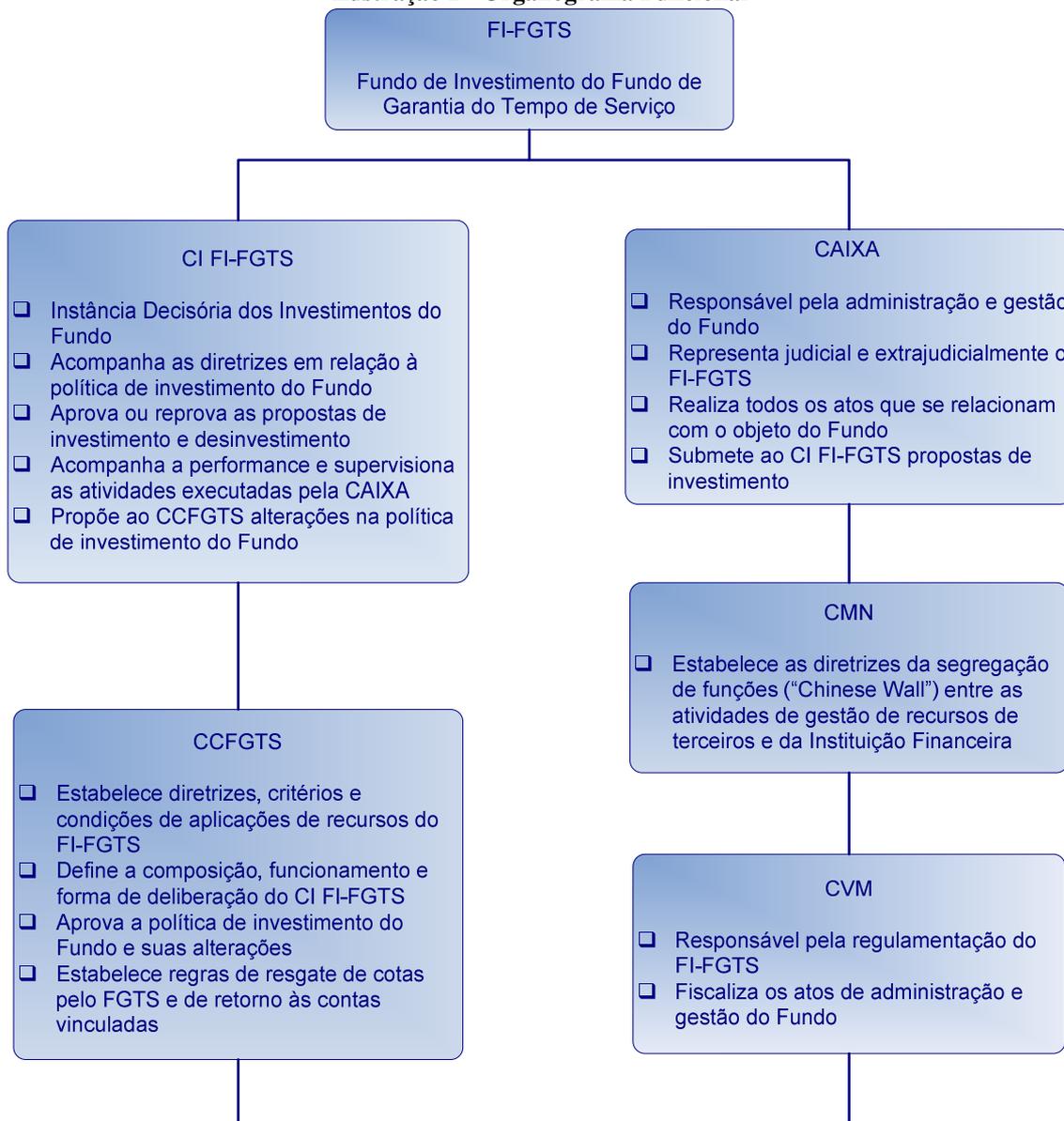
O Organograma Funcional está demonstrado pela Ilustração 1, abaixo:

¹ A Resolução nº 2.486 do CMN, de 30 de abril de 1998, estabeleceu a segregação da administração de recursos de terceiros das demais atividades da instituição.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Ilustração 1 - Organograma Funcional



Fonte: CAIXA/GEAFE

3.1.3. Objetivos Estratégicos

Os investimentos em infraestrutura no Brasil são de grande importância estratégica, pois geram aumento da capacidade de fomento da economia no longo prazo, melhoram a competitividade nacional, além de proporcionarem melhoria na qualidade de vida da população por meio de obras e projetos em rodovias, ferrovias, portos, hidrovias, energia, saneamento e empreendimentos complementares a estes que contribuem para a geração de empregos.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Segundo dados da Área de Pesquisas Econômicas do BNDES, os investimentos em energia elétrica, logística e saneamento ingressaram em um ciclo mais robusto a partir de meados da década de 2000 e, em 2007², o governo lançou programas para aumentar os investimentos em infraestrutura, dentre os quais se destaca a criação do FI-FGTS, no âmbito do PAC, caracterizado pela aplicação de recursos do FGTS, destinado a investimentos em empreendimentos dos setores de energia, rodovia, ferrovia, hidrovia, porto e saneamento.

O atual levantamento das perspectivas de investimento na infraestrutura do país, mapeados para o período de 2011 – 2014³, demonstra que serão necessários investimentos por volta de R\$ 139.000.000.000,00 (cento e trinta e nove bilhões de reais) para o setor de energia, R\$ 41.000.000.000,00 (quarenta e um bilhões de reais) para o de saneamento e R\$ 129.000.000.000,00 (cento e vinte e nove bilhões de reais) para o de logística (ferrovia, rodovia, portos).

No setor de energia, os recursos do FI-FGTS, por meio da EEVP, contribuíram para a execução do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (LUZ PARA TODOS), instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, e alterado pelo Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008. O programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, que tem como objetivo utilizar a energia elétrica como vetor do desenvolvimento social e econômico das comunidades da zona rural, contribuindo com a redução da pobreza e aumento da renda familiar.

O Programa previu levar energia elétrica para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até 2008, mas durante sua execução surgiram novas demandas e o prazo foi prorrogado para 2010 e novamente para 2011, para possibilitar a realização das obras que haviam sido contratadas. Até dezembro de 2011, 14,5 milhões de brasileiros foram beneficiados com o Programa⁴.

O Programa LUZ PARA TODOS contempla o atendimento das demandas do meio rural por meio de extensão de redes de distribuição, sistemas de geração descentralizado com redes isoladas e sistemas de geração individual. A gestão é compartilhada entre governos estaduais, distribuidoras de energia, ministérios, agentes do setor e comunidades.

Além do Programa LUZ PARA TODOS, o FI-FGTS possui investimento em empresas que desenvolvem projetos para a diversificação da matriz energética brasileira que estão contemplados no PROINFA, instituído pela Lei 10.438, de abril de 2002, e gerenciado pela ELETROBRAS, que visa criar incentivos para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, tais como projetos de energia eólica, PCHs e projetos de biomassa.

O PROINFA prevê a produção de energia a partir de fontes renováveis e a geração de mais de 150 mil empregos diretos e indiretos. Além disso, o programa estimula a distribuição da produção de energia pelo Brasil, o que resulta em maior distribuição de empregos e

² Borça Jr., Gilberto e Quaresma, Pedro. Visão do Desenvolvimento – BNDES, Perspectivas de investimentos em infraestrutura 2010 – 2013, nº 77, 22/02/2010.

³ Puga, Fernando Pimentel e Borça Jr, Gilberto. Visão de Desenvolvimento – BNDES, Perspectiva de investimentos em infraestrutura 2011 – 2014, nº 92, 25/02/2011.

⁴ Disponível em <http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/asp/default.asp?id=1>



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

renda entre os estados, além de propiciar a capacitação de técnicos e indústrias em novas tecnologias de geração de energia elétrica.

Ainda no setor de energia, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do Ministério de Minas e Energia, há previsão de crescimento do consumo de energia no país de 3,7% ao ano entre 2005 e 2030.

Conforme o Plano Nacional de Energia 2030 realizado pela EPE em 2007, a hidroeletricidade permanecerá como a principal fonte de geração, mas são previstos investimentos também em termelétricas, gás natural, energia nuclear, carvão mineral e biomassa, além de outras fontes como PCHs e energia eólica. Para atender ao aumento no consumo de eletricidade também serão necessários investimentos em transmissão e distribuição.

Ademais, a ANEEL prevê para os próximos anos uma adição de 48.236.165 kW na capacidade de geração do País, proveniente dos 171 empreendimentos atualmente em construção e mais 554 outorgadas. O Brasil já possui no total 2.610 empreendimentos em operação, gerando 117.007 MW de potência, segundo a ANEEL⁵.

No setor de saneamento a situação apresenta-se mais crítica, pois os investimentos realizados em saneamento no país não superaram as expectativas de crescimento para 2011. Atualmente, 41% da população do país não tem coleta de esgoto e do que é coletado, apenas 38% é tratado. Por outro lado, o índice de cobertura de água chega a 84% da população, mas a rede de abastecimento é precária⁶.

O setor de saneamento é de extrema importância para uma condição de vida digna, além de ser um dos aspectos mais relevantes do rol das políticas públicas, por seus amplos e profundos impactos não só econômicos, mas também sociais, especialmente no que se refere aos indicadores de saúde da população.

O setor como um todo é incipiente na oferta de ativos de empresas com portfólio de projetos com comprovada capacidade e viabilidade operacional, capazes de gerar valor e atratividade para investimentos do FI-FGTS, apesar da necessidade iminente de ampliação dos investimentos no setor.

Importante destacar que um dos principais objetivos do FI-FGTS é atuar de forma estratégica no enfrentamento do grave problema do déficit de infraestrutura que afeta o país, por meio de investimentos nos setores alvo definidos em seu Regulamento, contribuindo para a implementação de novos projetos que visem melhorar a condição de vida da população e elevem o crescimento econômico e a competitividade do Brasil.

Os projetos logísticos, incluído nos setores de rodovia, ferrovia, hidrovias, portos e os segmentos complementares a estes, há necessidade indiscutível de incremento e desenvolvimento, dado os percentuais de crescimento nas exportações, principalmente as agrícolas,

⁵ Dados extraídos do site da ANEEL sobre a capacidade de geração do Brasil, publicado em 27/04/2012, e disponível no site: www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp.

⁶ Borges, André. Estudo mostra dificuldade para se investir em saneamento. Jornal Valor Econômico, Publicado em: 29/12/2011 < <http://www.valor.com.br/brasil/1157888/estudo-mostra-dificuldade-para-se-investir-em-saneamento>>



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

e importações e também do consumo interno. Portanto, os gargalos encontrados nesses setores provocam impactos sobre a capacidade de escoamento da produção nacional. Há necessidade de investimentos conjuntos em rodovia, ferrovias e hidrovias para que nenhum deles permaneça sobrecarregado, como acontece, por exemplo, com o sistema rodoviário que concentra o transporte de cargas e passageiros. Problemas desta natureza, poderiam ser sanados com investimentos em ferrovias e em hidrovias, principalmente direcionadas a atenderem às áreas de economia primária.

A participação do modal hidroviário na matriz de transportes brasileira ainda está muito aquém de seu recurso potencialmente explorável e, dados do Ministério do Transporte publicado pelo jornal Valor Econômico⁷ apontam que a parcela de utilização de hidrovias para o transporte de cargas é de 8%, enquanto o percentual de participação das rodovias é de 65%.

Cumpre mencionar ainda, que a deficiência no sistema ferroviário impacta diretamente o transporte da produção nacional aos portos. E a participação do modal ferroviário na matriz de transporte brasileira encontra-se prejudicada devido a vários fatores, como indisponibilidade de rotas, a redução na flexibilidade de operações, a baixa velocidade, os custos e indisponibilidade de vagões.

Quanto aos projetos para as áreas portuárias, embora se observe um crescimento da movimentação portuária no Brasil, de acordo com o Fórum Econômico Mundial⁸, o país ocupa a 130ª posição no ranking de qualidade dos portos, evidenciando a necessidade de investimentos no setor a fim de ampliar sua capacidade para atender a crescente movimentação portuária e fomentar a exportação da produção nacional.

Fica evidente a necessidade de estimular o crescimento sustentado, como a busca da redução dos custos e melhora da eficiência do sistema logístico, produtivo e de distribuição do Brasil, que ampliam investimentos privados voltados às novas demandas da exportação e do mercado interno, geram aumento da produtividade e competitividade dos produtos e, principalmente, criam novos empregos.

Dessa forma, em 2011, o crescimento da economia e a limitada capacidade da infraestrutura para atender à demanda do país evidenciaram as necessidades de recursos financeiros para o financiamento de projetos de longo prazo em todos os segmentos econômicos.

Assim, os investimentos do FI-FGTS assumiram extrema importância no cenário de desenvolvimento e crescimento econômico do país.

Nesse contexto e, considerando o papel do FI-FGTS, a estratégia de atuação em 2011 consubstanciou-se em decisões voltadas à aplicação de recursos para atendimento das necessidades resultantes do momento de crescimento da economia brasileira.

Ademais, os investimentos do FI-FGTS em projetos relacionados à infraestrutura constituem um ciclo virtuoso de longo prazo, já que permitem, à região na qual eles

⁷ Borges, André e Pupo, Fábio. Planos para hidrovias fica no papel. Publicado em 13.01.2012. Disponível em <http://www.valor.com.br/impreso/primeira-pagina/plano-para-hidrovias-fica-no-papel>

⁸ World Economic Forum. The Global Competitiveness Report 2011–2012. Disponível em http://www3.weforum.org/docs/WEF_GCR_Report_2011-12.pdf.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

se inserem e, em maior extensão, ao país, o acesso aos serviços e o aumento do desenvolvimento social local, impactando diretamente a economia. Com isso, há uma correlação positiva entre os investimentos realizados, que criam empregos, e o aumento dos depósitos no FGTS. Com o aumento de recursos, há maior disponibilidade de capital para novos investimentos, o que se traduz em novos aportes de capital no FI-FGTS que, por sua vez, são direcionados para novos investimentos, completando e reiniciando o ciclo.

Assim, constituiu-se como objetivo estratégico de atuação do FI-FGTS para o exercício 2011 a busca por sua consolidação como alternativa de aplicação de recursos do FGTS por meio de operações estruturadas em instrumentos do mercado financeiro e de capitais, permitidos pelo Regulamento do FI-FGTS, para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura, voltados para o crescimento sustentável do país e a melhoria na qualidade de vida dos brasileiros, de forma a buscar retornos financeiros atrativos com impactos sociais positivos.

3.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

3.2.1. Informações Iniciais sobre a Política de Investimento

A Gestão do FI-FGTS está fortemente respaldada numa estrutura processual baseada em premissas corporativas que visam à mitigação de riscos, a transparência nas decisões, viabilidade financeira e contribuições socioeconômicas para o Brasil.

O processo de análise dos ativos avaliados pela Gestão é suportado por pareceres de diversos agentes externos e internos, os quais tangem: risco e *compliance* jurídico, risco de crédito e risco de mercado, bem como análise de engenharia, conforme o caso. Estes são validados e/ou complementados pela análise da Gestão, a qual avalia, além disso, a viabilidade econômico-financeira dos projetos.

Todas as empresas que atuam nos segmentos de infraestrutura nos quais o FI-FGTS investe, podem submeter suas propostas ao FI-FGTS, o qual irá analisar o enquadramento do projeto, estruturar a operação e submetê-la aos Comitês para deliberação. Para tanto é exigida a apresentação do plano de investimento que comprove esta necessidade de capital. Os critérios de seleção e estruturação visam sempre maximizar o retorno da alocação dos seus recursos, retornos financeiros e sociais, aliados ao menor risco.

Pensando na mitigação do risco, o FI-FGTS tem na política de investimento prevista no seu Regulamento, limites de diversificação por setores, por emissores, por empreendimento e por ativos financeiros.

Na categoria ativos financeiros e/ou participações, o FI-FGTS pode realizar investimentos nas seguintes modalidades: a) instrumentos de participação societária; b) debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa; c) cotas de fundo de investimento imobiliário; d) cotas de fundo de investimento em direitos creditórios; e) cotas de fundo de investimento em participações; f) certificados de recebíveis imobiliários; g) contratos derivativos; e h) títulos públicos federais.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Os investimentos, tanto em dívida, como em instrumentos de participação societária, exigem que as demonstrações contábeis anuais das sociedades sejam auditadas por auditor independente registrado e autorizado pela CVM para realizar tal serviço.

Não obstante, os investimentos em dívida deverão contar com garantias tais como penhor das ações, fiança bancária, aval ou fiança dos sócios, recebíveis, contratos de fornecimento garantido, ativos do empreendimento ou outras a serem negociadas, de forma a mitigar o risco da operação.

Exige-se também que as operações de dívida sejam analisadas por agência classificadora de risco internacional com representação no Brasil e classificadas com *rating* mínimo, emitido por tais agências, equivalente a grau de investimento em escala nacional, sendo certo que, a partir do mínimo estabelecido, o *rating* de cada operação é uma condição negocial pactuada entre as partes.

As disponibilidades do FI-FGTS são aplicadas em Títulos Públicos Federais e/ou em operações compromissadas lastreadas em TPF.

Como dito anteriormente, os investimentos realizados pelo FI-FGTS são norteados pela Política de Investimentos estabelecida em seu Regulamento. Esta política estabelece que o objetivo do FI-FGTS é proporcionar a valorização das suas cotas por meio da aplicação dos recursos nos setores-alvo, tendo como referência de retorno a taxa de TR + 6% a.a.

Ademais, cumpre esclarecer que a rentabilidade do FI-FGTS é contábil, conforme o seu rendimento patrimonial, e não reflete o retorno dos ativos.

A política de investimentos também estabelece diretrizes e limites para investimentos, conforme o disposto a seguir:

- O limite de concentração por setor será de até 40% do Valor Total Subscrito do FI-FGTS.
- A exigência mínima de capital do próprio empreendedor será de 10% do valor total do empreendimento.
- Os limites de composição e diversificação por classe de ativos são:
 - a) até 50% do Valor Total Subscrito do FI-FGTS em ativos que representem participação, sendo que deste total:
 - i) até 100% em Instrumentos de Participação Societária;
 - ii) até 50% em cotas de Fundos de Investimento em Participações;
 - iii) até 25% em cotas de Fundos de Investimento Imobiliário.
 - b) até 100% do Valor Total Subscrito do FI-FGTS em ativos que representem Instrumentos de Dívida, sendo que deste total:



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

- i) até 100% em debêntures, notas promissórias e outros Instrumentos de Dívida corporativa;
- ii) até 50% em cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados;
- iii) até 25% em Certificados de Recebíveis Imobiliários.

- A participação em cada Instrumento de Participação Societária não poderá representar mais do que 20% do Valor Total Subscrito do FI-FGTS;

- A aquisição de Instrumentos de Dívida de um único emissor não poderá representar mais do que 20% do Valor Total Subscrito do FI-FGTS.

- A aquisição de cotas de um único Fundo de Investimento Imobiliário ou Fundo de Investimento em Participações não poderá representar mais do que 10% do Valor Total Subscrito do FI-FGTS.

- A aplicação em ativos financeiros de responsabilidade da ADMINISTRADORA ou de empresa ligada, será de até 100% do Valor Total Subscrito, observados os limites aplicáveis a cada classe de ativos e a cada ativo individualmente.

- A aplicação em debêntures simples de emissão do BNDES ou de suas subsidiárias, emitidas especialmente, até o limite de R\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais), não se sujeitam aos parâmetros, limites estabelecidos no parágrafo sexto do artigo 6º, no artigo 10 e seus parágrafos 1º a 7º, no artigo 11 e no artigo 12 do Regulamento.

Há dispositivos no Regulamento que prevêm que as aplicações em empreendimentos controlados pelo mesmo grupo econômico não poderão exceder 30% do valor subscrito do FI-FGTS.

Há, em adição, vedações para o FI-FGTS realizar qualquer operação que caracterize repasse de recursos a instituições financeiras e bancos de desenvolvimento. O repasse, conforme o parágrafo único, do artigo 12, do Regulamento do FI-FGTS, consiste nas operações cujo tomador do recurso responda pelo risco perante o FI-FGTS e se utilize do recurso para operações de financiamento, o que não se aplica às debêntures do BNDES.

Para garantir a reciprocidade do empreendedor, o percentual máximo para alocação de recursos do FI-FGTS em Instrumentos de Dívida de um mesmo projeto é de até 90%, sendo certo que os sócios-investidores deverão aportar capital equivalente a, no mínimo, 10% dos recursos a serem destinados a cada empreendimento.

Por fim, quaisquer títulos, valores mobiliários e operações no mercado de derivativos, bem como outros ativos financeiros integrantes da carteira do FI-FGTS, devem estar devidamente custodiados, registrados em contas de depósitos específicas, abertas diretamente em nome do FI-FGTS, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN ou em instituições autorizadas à prestação de serviços de custódia pela CVM.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Considerando a natureza dos recursos utilizados para a criação do FI-FGTS, outro aspecto considerado relevante para as decisões de investimento do Gestor são os benefícios que os projetos avaliados poderão trazer. Desta maneira, também são levados em consideração:

No setor energético:

- Quantidade de energia a ser gerada pelos projetos do FI-FGTS em relação à capacidade instalada no país.
- Quantidade de energia limpa a ser gerada dos projetos do FI-FGTS em relação à capacidade instalada no país.

Nos projetos logísticos, incluindo os setores de ferrovia, rodovia e porto:

- Ferrovia: Volume de carga transportada nos projetos do FI-FGTS, comparativamente ao volume de carga transportada em ferrovias no país.
- Rodovia: Malha rodoviária pavimentada atendida com projetos do FI-FGTS comparativamente à malha rodoviária pavimentada no país.
- Porto: Movimentação de cargas dos projetos FI-FGTS, comparativamente a movimentação nacional.

No setor de saneamento:

- População atendida com os projetos do FI-FGTS.

Além disso, para todos os setores é verificada a quantidade de empregos que serão gerados com a implantação dos projetos do FI-FGTS.

3.2.1.1 Rentabilidade do FI-FGTS

Em 2011 a rentabilidade líquida das cotas do FI-FGTS foi de 7,63% correspondente a TR + 6,34% a.a..

O Fundo investe em empresas de capital fechado, e as suas ações não são cotadas em bolsa de valores nem negociadas de forma frequente em mercados organizados. Tais investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, ajustado por provisão para perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Dessa forma, o valor de tais investimentos poderá vir a ser significativamente diferente quando da sua efetiva realização financeira, com a conseqüente repercussão no valor da cota do Fundo.

No caso do FI-FGTS as operações de participação acionária, mesmo quando sintetizam retornos de renda fixa (“operações com PUT e CALL e Ações preferenciais resgatáveis”), são contabilizadas, em atendimento as exigências contábeis aplicadas ao Fundo, por valor histórico, impactando negativamente a evolução da cota.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Destaca-se que o FI-FGTS é um fundo de investimento, com resolução emanada pela CVM e que se espelha a um FIP. Em seu mandato, o FI-FGTS estabelece um horizonte de longo prazo de maturação para seus ativos, com o retorno sendo oriundo de investimentos em ampliação, reforma, modernização e implantação de projetos nos setores de Energia, Portos, Saneamento, Hidrovia, Ferrovia e Rodovia, além da infraestrutura complementar a estes setores.

Além do escopo da Política de Investimento do FI-FGTS, destacamos que a mensuração de sua rentabilidade, tal qual um FIP, deve ser realizada quando do desinvestimento dos ativos, momento no qual o recurso aportado pelo cotista retornará corrigido pelo ganho/perda de capital do período, desta forma, considerando que parte relevante da carteira é formada por participações acionárias e que tais ativos, por princípio de conservadorismo, são contabilizadas a valor histórico, avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial e ajustado por provisão para perdas por redução ao valor recuperável, a Carteira do FI-FGTS não reflete, contabilmente, à expectativa de retorno do Gestor para os investimentos.

Tais aspectos contábeis, inclusive as questões relativas ao Método de Equivalência Patrimonial, foram elaboradas pelos administradores e Custodiante, instituição externa à CAIXA, e validadas pela Auditoria Independente, e atendem a regulamentação aprovada pela CVM e são práticas predominantes no mercado de Fundos de Investimento.

3.2.2. Análise do Plano de Ação do FI-FGTS referente a 2011

Para o ano de 2011 foi previsto um conjunto de ações voltadas para realização de investimentos em infraestrutura, em consonância com o Plano de Ação de 2010, com ênfase nos seguintes pontos:

- Direcionamento dos novos recursos a projetos sustentáveis, que utilizem fontes renováveis de energia;
- Alocação de recursos em projetos com potencial de dinamização da economia local, com elevada capacidade de geração de emprego e renda, que possam gerar um efeito multiplicador do nível da atividade produtiva, contribuindo para elevar o desenvolvimento do país de forma sustentável;
- No setor de energia, priorizar projetos ligados a geração de energia limpa;
- Prospectar projetos de investimentos em centros de logística integrada complementar aos setores alvo do FI-FGTS, contribuindo para a melhora da eficiência do sistema de logística e distribuição do país, com investimentos voltados ao atendimento das novas demandas do mercado interno, decorrentes das projeções de crescimento e ascensão social da população, e também a atender o setor exportador tornando o produto nacional mais competitivo;



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

- Ampliar os investimentos no setor de saneamento, superando os desafios do setor, ao possibilitar o aumento da cobertura dos serviços de abastecimento de água e esgoto, com vistas a melhorar a qualidade de vida e a saúde da população;
- Consolidar a atuação do FI-FGTS no mercado como fonte de recursos para investimentos em projetos de infraestrutura nos setores alvo, conforme definido em seu Regulamento .

3.2.3. Análise do andamento do Plano Estratégico e do Plano de Ação do FI-FGTS

Para a definição dos objetivos de atuação do FI-FGTS para o exercício de 2011, foram consideradas as seguintes variáveis a fim de se compor uma estratégia de atuação tangível e mensurável:

- Oportunidades de negócios prospectadas no mercado (projetos em análise) versus ativos integrantes da carteira do FI-FGTS - composição da carteira do FI-FGTS, base 12/2010;
- Necessidades do Brasil em relação à construção de seu desenvolvimento sustentável, em especial na área de infraestrutura;
- Política de investimentos do FI-FGTS, a qual está definida em seu Regulamento;
- Avaliação de possíveis desinvestimentos.

Dados os parâmetros acima descritos, os macro objetivos do FI-FGTS para o exercício em referência foram delimitados conforme linhas norteadoras, quais sejam:

- Consolidação da presença do FI-FGTS no setor alvo de energia, direcionando os recursos a projetos sustentáveis, contribuindo para a geração de energia limpa.

Dando andamento à política do FI-FGTS de continuar atuando de modo eficaz para a ampliação da capacidade de geração e distribuição de energia no país, o FI-FGTS realizou dois novos investimentos que totalizaram R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), na MDC Par no setor de energias renováveis, como a biomassa e o gás natural, e na Hidrotérmica S.A. para a geração de energia de reserva por meio da implantação de termelétricas. Ao longo dos próximos anos este investimento deverá proporcionar o aumento de 230 MW da capacidade instalada em termelétricas e de cerca de 106 milhões de m³ de gás natural adicionais à atual capacidade.

A decisão de realizar tais investimentos foi baseada na necessidade de aumento da capacidade para atender a crescente demanda prevista e ofertar energia suficiente para os novos projetos industriais e comerciais em todo o país. Também se levou em consideração a ampliação da oferta de energias limpas com vistas a reduzir a poluição e os impactos sobre o meio ambiente.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

No setor de energia há diversos projetos em fase de análise e aprovação que contribuirão para o aumento da capacidade instalada, aumento da segurança do sistema e ampliação da geração por meio de fontes renováveis.

- Aumento da participação em projetos ligados ao setor de transporte e infraestrutura logística, ou seja, porto, rodovia e ferrovia e complementares a estes setores.

Em relação ao setor de transportes e projetos complementares foi realizado investimento na LOGBRAS de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) para a construção de parques logísticos de infraestrutura complementar de armazenagem multimodal, que deverão se localizar em regiões de grande demanda por produtos para consumo interno ou para exportação. Estes empreendimentos estão sendo construídos próximos a portos, ferrovias e rodovias de modo a possibilitar a integração entre estes diferentes modais, permitindo a redução do tempo e dos custos de transporte, aumentando a eficiência e a produtividade da cadeia de transportes.

Os benefícios esperados com esses investimentos são: aumento da competitividade do produto brasileiro, tanto os consumidos internamente quanto aqueles destinados à exportação, ganhos de confiabilidade na entrega, com relação ao tempo e principalmente a qualidade, visto que os produtos serão estocados e movimentados em condições adequadas, redução dos custos logísticos e redução do trânsito de caminhões.

Importantes aspectos analisados são a localização dos empreendimentos, visto que eles devem estar próximos aos grandes centros de consumo e/ou produção, a portos e grandes vias de escoamento de bens e mercadorias produzidos no país. Além disso, também se leva em consideração o potencial de geração de empregos e o retorno esperado para o investimento dado o risco envolvido no projeto.

Este investimento poderá adicionar cerca de 1,5 milhões de m² de área para empreendimentos dessa natureza.

Adicionalmente a este investimento, estão sendo avaliados pelo Gestor diversos projetos no setor de transportes e infraestrutura complementar a esse setor, que demandarão recursos com vistas a ampliar a capacidade de transporte por todo o território nacional, como novas ferrovias, melhorias e ampliação de rodovias, portos, terminais logísticos multimodais, dentre outros.

- Evolução dos investimentos no setor de saneamento.

Em 2011 foram desembolsados R\$ 90.600.000,00 (noventa milhões e seiscentos mil reais) em novos investimentos para o setor de saneamento. A meta definida não estabelece valores específicos para o setor, mas ocorreu um aumento dos esforços para prospectar novos projetos, sobretudo em áreas de baixo desenvolvimento onde a cobertura dos serviços de água e esgoto não atende de modo satisfatório a população local. Desta forma, o investimento realizado contempla o objetivo estabelecido e amplia os investimentos neste setor numa área de baixo IDH como o interior do estado do Tocantins.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

As decisões de investimentos relacionadas ao setor de saneamento também levam em consideração o retorno esperado, o risco do projeto, mas, sobretudo, a necessidade da população local ao serviço que será prestado, a ampliação da cobertura do serviço que o projeto irá proporcionar, os empregos que serão gerados e a estimativa do impacto sobre a qualidade de vida da população local beneficiada com a implementação do projeto.

Com os investimentos realizados busca-se igualmente ampliar o número de companhias de saneamento com capacidade de receber recursos do FGTS, que apresentem condições reais de crescimento e valorização.

Estão sob análise outros projetos no setor de saneamento que demandarão novos investimentos, contribuindo para o aumento da cobertura do serviço em diversas regiões do país.

- Aperfeiçoar os controles internos para o cumprimento das metas e objetivos dos investimentos realizados.

A melhoria dos controles internos tem sido uma busca constante do Gestor para melhor gerir os recursos, os retornos e os benefícios esperados com a realização dos investimentos. Diante disso, e da exigência cada vez maior por mais transparência na gestão dos recursos dos trabalhadores, foi aprovado em 2011 um novo fluxo para as aprovações dos investimentos e foram criados novos comitês deliberativos pelos quais todos os projetos são pautados para a obtenção da aprovação ao prosseguimento da análise.

Além disso, os arquivos físico e eletrônico foram repensados e redimensionados para proporcionar maior agilidade e obter maior controle sobre os documentos recebidos e elaborados, possibilitando mitigar os riscos na segurança das informações e otimizar os processos de *BackOffice*, sendo periodicamente realizados testes no ambiente de contingência, além da sistematização de *backup* de arquivos.

- Redimensionamento da área de gestão para ampliação do quadro de empregados com o objetivo de melhor atender às demandas por mais investimento.

Para atender à crescente demanda de atividades foi necessária a realização do redimensionamento da área de gestão do FI-FGTS. Foram abertas novas vagas e contratados novos profissionais para atuarem na estruturação dos investimentos, mas principalmente no acompanhamento do cumprimento das metas e obrigações das sociedades investidas, visto que quanto maior o número de investimentos realizados maior é a necessidade de controle dos projetos investidos. Adicionado a ampliação do quadro de funcionários, também foram solicitados cursos de formação e aprimoramento para os profissionais responsáveis pelas atividades de gestão do FI-FGTS, contribuindo para o aumento da capacidade técnica e de análise dos profissionais.

- Sob a análise da dimensão dos investimentos realizados e os benefícios gerados em cada setor da economia, cumpre apresentar os dados abaixo:

A potência total gerada de energia elétrica no Brasil é de aproximadamente 117.007 MW em 31 de dezembro de 2011, conforme dados da ANEEL. Os projetos que receberam



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

recursos do FI-FGTS contribuíram com aproximadamente 24.478 MW, ou seja, 20,92% desse total. As empresas do portfólio do FI-FGTS produziram cerca de 22.581 MW de energia limpa, ou seja, 19,30% do total gerado pelos investimentos do FI-FGTS são provenientes de fontes hidrelétrica, eólica e termelétrica de biomassa.

Relativamente ao setor de transporte ferroviário, os recursos promoveram diretamente melhorias em 903 km de ferrovias, além da modernização em 76 locomotivas, 4.995 vagões e demais equipamentos e infraestrutura. De forma indireta, os investimentos viabilizaram melhorias numa malha de 8.260 km⁹ de ferrovias, o que representa 27,70% de toda a malha ferroviária brasileira em operação. Além disso, a participação do FI-FGTS no setor de produção ferroviária corresponde a 36,73%, sendo de aproximadamente 102.242.614.607 TKU (toneladas por quilômetro útil).

Além disso, para o setor portuário, projetou-se a movimentação de 30 milhões de toneladas no porto de SUAPE para 2013, dado o início das operações da refinaria Abreu de Lima e o escoamento da produção trazida pela ferrovia Transnordestina. O projeto Embraport, com previsão para operar a partir de 2013, prevê a movimentação de 2 milhões de TEUS (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés) por ano. Adicionalmente, a participação do FI-FGTS na melhoria dos portos corresponde a 2,21%.

Outrossim, os recursos do FI-FGTS contribuíram para melhoria do segmento rodoviário, incluída a malha de 1.298 km de rodovias, o que representa 8,44% do total de rodovias sob concessões.

Além disso, o FI-FGTS colaborou para que mais de um milhão de domicílios fossem atendidos com tratamento de água e esgoto, corroborando para a melhoria do setor de saneamento. Com todos estes projetos para fomento da infraestrutura do país, já foram gerados aproximadamente 334 mil empregos diretos e indiretos.

3.3. Desempenho Financeiro e Gestão de recursos do FI-FGTS

3.3.1. Desempenho Financeiro do FI-FGTS em 2011

Para a aplicação dos recursos do FI-FGTS, a Lei nº 11.491, de 2007, estabeleceu que a CAIXA proporá ao Conselho Curador do FGTS a aplicação sucessiva de parcelas adicionais de no máximo R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) cada, até ser atingido o valor limite equivalente a 80% do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro do exercício anterior àquele em que se der a autorização para a integralização das cotas.

O Regulamento do FI-FGTS prevê em seu Artigo 17 que as integralizações adicionais ocorrerão até ser atingido o valor limite de R\$ 26.395.434.667,78 (vinte e seis bilhões, trezentos e noventa e cinco milhões e quatrocentos e trinta e quatro mil e seiscentos e sessenta e sete reais e setenta e oito centavos), o que se refere ao Valor Total Subscrito, o que equivale aos 80% do patrimônio líquido do FGTS em 31 de dezembro de 2009, acrescido de R\$ 2.000.000.000,00 (dois

⁹ Fonte: ANTT. Na data-base de 31/12/2011 apresentava 29.817 km de malha ferroviária.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

bilhões de reais) destinados à integralização de cotas do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS.

Até o exercício de 2009, o CCFGTS já havia autorizado o aporte de R\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais), dos quais R\$ 12.500.000.000,00 (doze bilhões e quinhentos milhões de reais) já haviam sido aplicados e, para o exercício 2010, R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) adicionais foram autorizados pela Resolução CCFGTS nº 620, de 18/12/2009, relativa à quarta parcela de recursos do FGTS para o FI-FGTS.

Em função das aplicações de recursos realizadas pelo FI-FGTS e das novas demandas, o CCFGTS, por meio da Resolução nº 651, de 21/12/2010, autorizou a aplicação da quinta parcela de recursos do FGTS, no valor de R\$ 4.300.000.000,00 (quatro bilhões e trezentos milhões de reais), para integralização de cotas do FI-FGTS, que assegurou a continuidade das operações do FI-FGTS em projetos dos setores-alvo e possibilitou a ampliação da oferta de crédito para investimentos no decurso do exercício de 2011.

Com isso, o Valor Total Subscrito pelo FGTS no FI-FGTS totaliza R\$ 26.395.434.667,78 (vinte e seis bilhões, trezentos e noventa e cinco milhões e quatrocentos e trinta e quatro mil e seiscentos e sessenta e sete reais e setenta e oito centavos), sendo que R\$ 24.300.000.000,00 (vinte e quatro bilhões e trezentos milhões de reais) estão disponíveis para o FI-FGTS.

A tabela a seguir expõe todas as integralizações de recursos do FGTS no FI-FGTS e o valor total dos investimentos integralizados pelo FI-FGTS nos projetos aprovados, agora companhias investidas:



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Tabela 1 - Integralizações FGTS e FI-FGTS

Data Base	Subscrito Acum. (R\$)	Integralizado*
nov/08	R\$ 5.000.000.000,00	R\$ 1.012.500.000,00
dez/08	R\$ 15.000.000.000,00	R\$ 1.012.500.000,00
jan/09	R\$ 15.000.000.000,00	R\$ 9.299.032.320,00
fev/09	R\$ 15.000.000.000,00	R\$ 9.511.024.120,00
mar/09	R\$ 15.000.000.000,00	R\$ 9.511.024.120,00
abr/09	R\$ 15.000.000.000,00	R\$ 11.263.238.120,00
mai/09	R\$ 15.000.000.000,00	R\$ 11.263.238.120,00
jun/09	R\$ 15.000.000.000,00	R\$ 11.263.238.120,00
jul/09	R\$ 15.000.000.000,00	R\$ 11.263.238.120,00
ago/09	R\$ 15.000.000.000,00	R\$ 11.263.238.120,00
set/09	R\$ 15.000.000.000,00	R\$ 11.263.238.120,00
out/09	R\$ 15.000.000.000,00	R\$ 11.663.238.120,00
nov/09	R\$ 15.000.000.000,00	R\$ 12.313.238.120,00
dez/09	R\$ 20.000.000.000,00	R\$ 12.401.238.120,00
jan/10	R\$ 20.000.000.000,00	R\$ 13.807.569.505,48
fev/10	R\$ 20.000.000.000,00	R\$ 13.807.569.505,48
mar/10	R\$ 20.000.000.000,00	R\$ 13.807.569.505,48
abr/10	R\$ 20.000.000.000,00	R\$ 14.207.569.505,48
mai/10	R\$ 20.000.000.000,00	R\$ 14.207.569.505,48
jun/10	R\$ 20.000.000.000,00	R\$ 14.267.569.505,48
jul/10	R\$ 20.000.000.000,00	R\$ 14.267.569.505,48
ago/10	R\$ 20.000.000.000,00	R\$ 14.867.569.505,48
set/10	R\$ 20.000.000.000,00	R\$ 16.667.569.505,48
out/10	R\$ 20.000.000.000,00	R\$ 16.667.569.505,48
nov/10	R\$ 20.000.000.000,00	R\$ 16.776.569.505,48
dez/10	R\$ 24.300.000.000,00	R\$ 17.276.569.505,48
jan/11	R\$ 24.300.000.000,00	R\$ 17.276.569.505,48
fev/11	R\$ 24.300.000.000,00	R\$ 17.276.569.505,48
mar/11	R\$ 24.300.000.000,00	R\$ 17.476.569.505,48
abr/11	R\$ 24.300.000.000,00	R\$ 17.476.569.505,48
mai/11	R\$ 24.300.000.000,00	R\$ 17.585.937.267,62
jun/11	R\$ 24.300.000.000,00	R\$ 17.585.937.267,62
jul/11	R\$ 24.300.000.000,00	R\$ 17.585.937.267,62
ago/11	R\$ 24.300.000.000,00	R\$ 17.585.937.267,62
set/11	R\$ 24.300.000.000,00	R\$ 17.585.937.267,62
out/11	R\$ 24.300.000.000,00	R\$ 17.675.937.267,62
nov/11	R\$ 24.300.000.000,00	R\$ 17.925.937.267,62
dez/11	R\$ 24.300.000.000,00	R\$ 17.925.937.267,62

* Desembolsado do FGTS para o FI-FGTS (Acum)

Fonte: CAIXA/VITER

Parte do valor está em disponibilidades

Atualmente, a carteira do FI-FGTS é composta por 31 ativos investidos, sendo que até dezembro de 2011 foi comprometido um total de R\$ 17.765.937.267,62 (dezessete bilhões, setecentos e sessenta e cinco milhões, novecentos e trinta e sete mil, duzentos e sessenta e sete reais e sessenta e dois centavos) distribuídos por todo território nacional. A diferença do referido valor para o montante integralizado (vide tabela) refere-se a valores ainda não aplicados, que são R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões) da integralização inicial e R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões) de projeto não desembolsado, devido à desistência da operação pela companhia.

Cumprir informar que, foram liquidadas duas operações, a debênture da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. no valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

reais) em 2010 e a debênture da Companhia de Concessões Rodoviárias S.A. no valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) em 2011.

Durante o ano de 2011 foram analisados diversos projetos que se enquadram na política de investimento do FI-FGTS e que estão em linha com os objetivos traçados. Deste modo foram investidos ao longo do ano R\$ 540.000.000,00 (quinhentos e quarenta milhões de reais) em projetos nos setores de energia e logística. De modo análogo, foi realizado um investimento de R\$ 90.600.000,00 (noventa milhões e seiscentos mil reais) que converge com o objetivo e foi enquadrado na Política de Investimento do FIP Saneamento.

Conforme dito no item 3.2.1 os benefícios previstos mediante a execução dos investimentos realizados em 2011 contribuirão para a consecução dos objetivos supracitados. Os projetos investidos são dos setores definidos como sendo prioritários para o ano e deverão proporcionar a geração de aproximadamente 35.000 empregos diretos e indiretos durante todas as fases do investimento, contando inclusive com a fase de operação.

Existem atualmente cerca de 21 projetos em análise na área que demandam investimentos que superam a casa dos R\$ 8.600.000.000,00 (oito bilhões e seiscentos milhões de reais) em todos os setores permitidos pelo Regulamento do FI-FGTS.

Das operações do FI-FGTS até 2011, em atendimento à Política de Investimento prevista no Regulamento do FI-FGTS quanto aos setores investidos, em relação ao Valor Total Subscrito, tem-se 20,66% aplicados em projetos de Energia; 7,16% em construção, modernização e revitalização de rodovias; 4,91% em projetos de melhoria do setor portuário, 3,46% em modernização e revitalização do setor ferroviário e 4,59% no setor de saneamento. Os investimentos restantes são representados pelas Debêntures de emissão do BNDES, destinadas ao desenvolvimento e a viabilização de projetos de infraestrutura nos setores de atuação do FI-FGTS e não se sujeitam aos limites de concentração, na forma do Art. 53-A do Regulamento.

Por fim, cumpre mencionar que, durante o ano de 2011 foram desembolsados recursos remanescentes para os projetos investidos em um valor de aproximadamente R\$ 1.013.290.406,93 (um bilhão, treze milhões, duzentos e noventa mil e quatrocentos e seis reais e noventa e três centavos), distribuídos nos setores de energia, porto e rodovia, em linha com a estrutura já aprovada para a operação. Tais desembolsos representam liberações de recursos referentes a projetos que já compõem a carteira de investimentos do FI-FGTS, cujas integralizações ocorrem de acordo com o desenvolvimento do Plano de Negócios de cada companhia investida.

3.3.2. Indicadores de desempenho sócio-econômico

O FI-FGTS utiliza-se de indicadores de desempenho para mensurar os resultados econômicos e sociais alcançados na gestão do Fundo, tendo em vista a imprescindibilidade da construção de instrumentos que mensurem e, conseqüentemente, demonstrem o desempenho resultante de seus investimentos.

O Anexo 3 menciona a metodologia utilizada para coleta de dados das companhias investidas bem como as fontes de dados nacionais para comparativo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Assim, após a construção dos indicadores de desempenho, os instrumentos de mensuração econômica e social da gestão do FI-FGTS foram consolidados para o ano de 2010 (Anexo 4) e para o ano de 2011 (Anexo 5).

Cumprido esclarecer que os aspectos econômico-sociais dos projetos em que o FI-FGTS investe são acompanhados por meio de Relatórios Periódicos, todavia, foram efetuadas as adequações necessárias a fim de atender as recomendações dos órgãos de controle.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

4. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas:

Após a nomeação de conselheiro para integrar o CCFGTS ou de membro para compor o Comitê de Investimento do FI-FGTS (CI FI-FGTS), a SECCFGTS encaminha comunicação para orientá-lo com vistas ao cumprimento dessa obrigação legal, mediante a entrega de cópia da declaração de bens e rendas (DBR) anual apresentada à Receita Federal do Brasil ou de autorização para acesso a base de dados da Receita Federal do Brasil.

Anualmente, após o prazo de entrega das DBRs à Receita Federal do Brasil, a SECCFGTS solicita aos conselheiros ou membros do CI FI-FGTS – que permaneceram no exercício de seus mandatos e não optaram pela autorização de acesso – a entrega de cópia da DBR do exercício correspondente ao da prestação de contas da UJ.

A SECCFGTS realiza o acompanhamento e controle de entrega de declarações de bens e rendas ou de autorizações de acesso, fazendo reiterações às pessoas que deixaram de cumprir essa obrigação legal e, caso persista a pendência, comunica a situação ao órgão ou entidade representada pelo conselheiro.

Em atendimento a determinação do TCU, constante do subitem 1.6.1 do Acórdão nº 4022/2008 – TCU – 2ª Câmara, a SECCFGTS formaliza o processo de cobrança das DBRs ou das autorizações de acesso, documentando toda e qualquer comunicação nesse sentido expedida aos conselheiros ou membros do CI FI-FGTS.

A DBR é entregue à SECCFGTS em envelope lacrado, ao qual é afixada declaração sobre a documentação nele contida devidamente datada e subscrita pelo conselheiro ou membro do CI FI-FGTS.

As DBRs e as autorizações para acesso a base de dados da Receita Federal do Brasil são arquivadas na Unidade de Recursos Humanos do Ministério do Trabalho e Emprego, onde ficam à disposição dos órgãos e agentes públicos que disponham de autorização legal ou judicial para analisá-las.

A SECCFGTS não procede à abertura dos envelopes lacrados para verificação dos documentos neles contidos, bem assim não realiza análise das DBRs para avaliação da situação patrimonial dos conselheiros.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Quadro 2 – A.8.1 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR	
		Com mandato no início do exercício financeiro de referência	Nomeado no exercício financeiro de referência
Conselheiros Titulares	Obrigados a entregar a DBR	19	14
	Entregaram a DBR	18	14
	Não cumpriram a obrigação	1	0
Conselheiros Suplentes	Obrigados a entregar a DBR	24	11
	Entregaram a DBR	24	11
	Não cumpriram a obrigação	0	0
Membros Titulares do Comitê de Investimento do FI-FGTS	Obrigados a entregar a DBR	12	5
	Entregaram a DBR	12	5
	Não cumpriram a obrigação	0	0
Membros Suplentes do Comitê de Investimento do FI-FGTS	Obrigados a entregar a DBR	12	8
	Entregaram a DBR	12	8
	Não cumpriram a obrigação	0	0

Fonte: Secretaria-Executiva do CCFGTS



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

5. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações da CGU e em relatórios de auditoria interna da CAIXA ou as justificativas para o não cumprimento

5.1. Deliberações da CGU/Auditoria Interna atendidas no exercício de 2011

Quadro 3 – A.16.1a - Informações sobre recomendação da CGU atendidas

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Anual de Contas - N° 201109441 - 2ª PARTE
Data do Relatório de Auditoria	07/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.1.1.1 - CONSTATAÇÃO: (001)
Comunicação Expedida/Data	Ofício n° 080/2011/SECCFGTS, de 1° de abril de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUFUG
Descrição da Recomendação	Recomendação 1. Questionar formalmente o TCU quando houver dúvidas no conteúdo da apresentação das Contas Anuais, evitando assim a omissão das informações. Recomendação 2. Desenvolver uma sistemática de acompanhamento da execução dos empreendimentos vinculados aos investimentos com intuito de se avaliar os projetos selecionados, apresentando para a CGU o resultado obtido, bem como relacionar tais informações na sua prestação de contas anual.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SUFES / GEAFE	
Síntese das providências adotadas	
Quanto à Recomendação 1, eventuais questionamentos serão enviados à AUDRE - área de auditoria da CAIXA, que os apresenta ao TCU diretamente. Quanto à Recomendação 2, foi apresentada a proposta inicial de minuta de modelo de indicadores econômicos e sociais do FI-FGTS, segmentados por setor, métrica, objetivo, periodicidade e fonte de dados. A sistemática será aperfeiçoada constantemente para a melhor avaliação dos ativos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Quanto à Recomendação 1: A AUDRE - área de auditoria da CAIXA tem recebido as dúvidas e emitido comunicações para auxiliar na apresentação de contas anuais. Quanto à Recomendação 2: estão sendo utilizadas novas formas de acompanhamento da execução dos empreendimentos e aprimoramento dos indicadores sócio-econômicos.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores que prejudicaram a adoção das medidas foram: (i) a quantidade de informações peculiares a cada investimento e (ii) a estruturação de uma métrica adequada aos investimentos realizados pelo FI-FGTS.	



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Quadro 4 - A.16.1b – Informações sobre recomendação da CGU atendidas

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201109441 - 2ª PARTE
Data do Relatório de Auditoria	07/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.1.1.2 - CONSTATAÇÃO: (002)
Comunicação Expedida/Data	Ofício nº 16.029/2011-DPTM/DP/SFC/CGU-PR, de 13/06/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUFUG
Descrição da Recomendação	Recomendação 1: Validar os instrumentos de avaliação de desempenho dos investimentos do FI-FGTS junto ao Conselho Curador do FGTS. Recomendação 2: Implementar o uso de tais ferramentas com intuito de gerar informações gerenciais que subsidiem o processo de tomada de decisão tanto do Comitê de Investimentos do FI-FGTS quanto Conselho Curador do FGTS.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
VITER	
Síntese das providências adotadas	
Quanto à recomendação 1: A VITER realizou os estudos necessários para a adequação da proposta inicial aos indicadores informados pelas agências reguladoras dos setores investidos. A recomendação foi atendida, o Agente Operador enviou à SECCFGTS Ofício nº 224/2011/SUFUG/GEAVO/GERFU e Ofício nº 350/2011/SUFUG/GEAVO/GERFU. Quanto à recomendação 2: Os indicadores foram implementados.	
Síntese dos resultados obtidos	
As novas ferramentas de avaliação do desempenho dos investimentos do FI-FGTS estão sendo utilizadas para acompanhar os resultados dos projetos.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores que prejudicaram a adoção das medidas foram: (i) a quantidade de informações peculiares a cada investimento e (ii) a estruturação de uma métrica adequada aos investimentos realizados pelo FI-FGTS.	

Quadro 5 - A.16.1b – Informações sobre recomendação da CGU atendidas

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201109441 - 2ª PARTE
Data do Relatório de Auditoria	07/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.1.2.2 - CONSTATAÇÃO: (004)
Comunicação Expedida/Data	Ofício nº 29.922/2011 - DPTM/DP/SFC/CGU-PR
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUFUG



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Descrição da Recomendação	Adequar a metodologia de remuneração das debêntures adquiridas do BNDES pelo FI-FGTS, alterando o período de sua apropriação de "dias corridos" para "dias úteis", até o início da operação do fundo de investimento em cotas no FI-FGTS, visando evitar potenciais distorções no valor das cotas do FI-FGTS quando este detiver mais de um investidor.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SUFES/GEAFE	
Síntese das providências adotadas	
As discussões já se iniciaram junto ao BNDES para negociação do ajuste solicitado na fórmula da remuneração das debêntures.	
No dia 12/04/2010 foi encaminhada comunicação eletrônica ao BNDES com metodologia de cálculo, proposição de reformulação do cálculo e devidas justificativas para a alteração indicada.	
O processo de aditamento da Escritura de Debêntures já obteve o de acordo da Diretoria do BNDES e está no momento em poder do Ministério da Fazenda para anuência.	
No início de novembro de 2010, foram mantidos contatos com a STN/COAPI sobre o andamento do aditamento da escritura de debêntures, quando a Administradora e Gestora do FI-FGTS foi orientada quanto à necessidade de o BNDES também formalizar o pedido junto à STN/COAPI.	
No dia 22 de novembro de 2010, o BNDES formalizou o pedido junto à STN/COAPI, com vistas à assinatura do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura da 3ª. Emissão de Debêntures Simples.	
No dia 28 de dezembro de 2010, o Gestor forneceu subsídios adicionais ao BNDES para resposta à solicitação da STN/CODIP.	
A alteração da metodologia foi realizada, porém até 31/12/2011 não houve a formalização do instrumento junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.	
Síntese dos resultados obtidos	
A metodologia recomendada foi utilizada visando adequar-se aos padrões usuais de mercado, afastando eventual distorção no valor das cotas do FI-FGTS.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O fator que retardou a adoção da providência foi a tramitação do processo entre as instituições e demais órgãos envolvidos, o que demandou maior tempo para análise e conclusão dos feitos.	

Quadro 6 - A.16.1c – Informações sobre recomendação da CGU atendidas

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201109441 - 2ª PARTE
Data do Relatório de Auditoria	07/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.1.2.2 - CONSTATAÇÃO: (004)
Comunicação Expedida/Data	Ofício nº 29.922/2011 - DPTEM/DP/SFC/CGU-PR
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUFUG
Descrição da Recomendação	Em aquisições futuras de ativos para compor a carteira do FI- FGTS, observar as variáveis que possam impactar, direta ou indiretamente, no fundo de



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

	investimento em cotas, como também a metodologia de acompanhamento dessas variáveis.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
GEAFE	
Síntese das providências adotadas	
A partir da recomendação, o Gestor, quando da aquisição de ativos, observará as variáveis que eventualmente possam impactar, direta ou indiretamente, o Fundo de Investimento em Cotas, bem como será definida a metodologia de acompanhamento dessas variáveis.	
Síntese dos resultados obtidos	
Será realizado após a constituição do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Diante da relevância da recomendação, o gestor irá estabelecer metodologia para acompanhamento das variáveis que eventualmente gerem impactos no FIC.	

Quadro 7 - A.16.1d – Informações sobre recomendação da CGU atendidas

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201109441 - 2ª PARTE
Data do Relatório de Auditoria	07/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.2.1.3 - CONSTATAÇÃO: (007)
Comunicação Expedida/Data	Ofício nº 29.922/2011 - DPTEM/DP/SFC/CGU-PR
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUFUG
Descrição da Recomendação	Minimizar o risco da carteira nas futuras aquisições visando atingir a meta estabelecida pela resolução nº 530/07 do CCFGTS de TR + 6% para a rentabilidade do fundo.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
GEAFE	
Síntese das providências adotadas	
<p>O Gestor informou à CGU que toda operação de investimento realizada sempre é feita observando os parâmetros e condições previstas nos normativos que regem sua atividade e regulam o FI-FGTS, quais são: o Regulamento do FI-FGTS, a Lei de constituição do Fundo e a ICVM 462/07. Desta forma, todas as operações realizadas possuem amparo legal para tal.</p> <p>Além disso, importante mencionar que a mensuração da rentabilidade do FI-FGTS, cujo foco e objetivo quando de sua criação era ser um veículo de Longo Prazo, deva ser realizada anualmente, como forma de verificar se sua rentabilidade está adequada ou não as expectativas. Destaca-se que conforme posicionamento do FI-FGTS, a rentabilidade demonstrada nas DFs do FI-FGTS apresenta características que impedem uma análise em relação ao retorno esperado e que será maturado no longo prazo.</p> <p>Estas limitações residem na utilização dos procedimentos contábeis do FI-FGTS, que impedem a evolução de</p>	



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

seus ativos sem cotação em bolsa pelos valores obtidos nos laudos de avaliação, além de que parte da carteira do FI-FGTS está alocada em ativos pré-operacionais, que conforme já esperado quando da aprovação do investimento demandam tempo de maturação antes que se inicie a geração operacional.

Dessa forma, a criação do FI-FGTS se pautou na criação de um fundo com horizonte de longo prazo, motivo pelo qual embora sejam sempre adotados critérios de mitigação de risco possíveis, como já mencionado, parte da carteira do FI-FGTS está alocada em ativos pré-operacionais, o que demanda tempo de maturação antes do início da geração de caixa ao se tornarem operacionais. As questões contábeis já apresentadas no relatório de Gestão do FI-FGTS fazem com que a rentabilidade contábil mensurada nessa data divirja da rentabilidade esperada dos ativos.

Síntese dos resultados obtidos

A GEAFE adotou todas as providências necessárias para a formalização da consulta à CVM, de forma que esta se manifeste a respeito do posicionamento que o FI-FGTS vem adotando em relação às recomendações da CGU, sendo que ainda não houve resposta da CVM.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

O fator que retardou a adoção da providência foi a tramitação do processo entre os órgãos envolvidos.

Quadro 8 - A.16.1e – Informações sobre recomendação da CGU atendidas

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201109441 - 2ª PARTE
Data do Relatório de Auditoria	07/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.2.1.3 - CONSTATAÇÃO: (007)
Comunicação Expedida/Data	Ofício nº 29.922/2011 - DPTEM/DP/SFC/CGU-PR
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUFUG
Descrição da Recomendação	Estabeleça critérios que agreguem a avaliação do benefício social do FI-FGTS.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SUFES/GEAFE	
Síntese das providências adotadas	
Considera-se que a presente recomendação foi atendida com a apresentação à CGU, por meio do Ofício n.º 350/2011/SUFUG/GEAVO/GERFU a Secretaria Executiva do CC FGTS.	
Síntese dos resultados obtidos	
O modelo de indicadores econômicos e sociais foi criado, vide Anexos 3, 4 e 5, e enviado para apreciação do CC FGTS.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores que prejudicaram a adoção das medidas foram: (i) a quantidade de informações peculiares a cada investimento e (ii) a estruturação de uma métrica adequada aos investimentos realizados pelo FI-FGTS.	



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

5.2. Deliberações da CGU/Auditoria Interna pendentes no exercício de 2011

Quadro 9 - A.16.2a – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201109441 - 2ª PARTE
Item do Relatório de Auditoria	1.2.1.3 - CONSTATAÇÃO: (007)
Comunicação Expedida	Ofício nº 29.922/2011 - DPTEM/DP/SFC/CGU-PR
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUFUG
Descrição da Recomendação	Recomendação: a) Não financie mais nenhuma empresa abaixo das condições existentes no mercado, seja por compra de ações ou por meio de aquisição de papéis de renda fixa, sem a devida previsão legal. b) Inclua nos instrumentos utilizados para avaliação de potenciais aquisições análise do custo benefício de cada projeto, apontando os diferenciais econômicos e sociais e comparando com as renúncias de rentabilidade do FI-FGTS. c) Estabeleça novos procedimentos que possibilitem maior transparência e publicidade às decisões de investimento ocorridas no Comitê de investimento d) Apure responsabilidade dos agentes públicos diante da execução e autorização das aquisições de papéis abaixo da curva de mercado sem amparo legal.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	GEAFE
Justificativas para o não atendimento	
<p>No que tange a recomendação “a”, a manifestação do Administrador do FI-FGTS é de que toda operação de investimento realizada sempre é feita observando os parâmetros e condições previstas nos normativos que regem sua atividade e regulam o Fundo, quais sejam o Regulamento do FI-FGTS, a lei de constituição do Fundo e a ICVM 462/07. Desta forma, todas as operações realizadas possuem amparo legal para tal.</p> <p>Além disso, destaca-se que comparações a respeito das condições de mercado entre diferentes operações financeiras devem ser feitas observando todas as peculiaridades entre elas, as quais fundamentam as precificações que esta CGU utilizou de base para comparação. Dentre estas diferenças devem ser observadas a destinação do recurso da emissão, a qual o FI-FGTS só permite que seja feita para implantação de empreendimentos de infraestrutura, enquanto o mercado não coloca travas a sua utilização, permitindo, por exemplo, que a Emissora possa utilizar os recursos para operações financeiras, como liquidação de dívidas mais onerosas e até mesmo distribuição de dividendos ou aquisição de outras empresas, o que gera valor para a companhia. Destacamos, também, que as agências multilaterais e órgãos de fomento apresentam taxas de financiamento inferiores às praticadas pelo FI-FGTS.</p> <p>Ademais as operações do FI-FGTS exigem da Emissora um grande número de relatórios e controles do uso dos recursos e das condições econômico-financeiras, o que gera aumento de custo operacional para estas.</p> <p>Com relação a recomendação “b” esclarecemos que já está implantado o modelo de indicadores sociais do FI-</p>	



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

FGTS que permitirá o acompanhamento social, restando conforme solicitado encaminhamento deste ao Conselho Curador. De qualquer forma, cabe esclarecer que não há renúncia de remuneração pela questão do retorno social.

Com relação ao item “c” esclarecemos que toda a transparência, bem como o acesso às informações que subsidiam o investimento, já é divulgada pelo Administrador do FI-FGTS à todos órgãos de aprovação e controle, motivo pelo qual entendemos que a recomendação deste item já está atendida.

Com relação a recomendação “d” entendemos que pelo exposto nos itens acima, não há razão para que se proceda à apuração de responsabilidade dos agentes públicos, tendo em vista considerar que todos agiram em observância à Lei e às normas que regem o FI-FGTS.

Além destes argumentos, reafirmamos que a mensuração da rentabilidade do FI-FGTS, cujo foco e objetivo quando de sua criação era ser um veículo de Longo Prazo, deva ser realizada anualmente, como forma de verificar se sua rentabilidade está adequada ou não as expectativas. Destacamos que conforme nosso posicionamento, a rentabilidade demonstrada nas DFs do FI-FGTS apresentam características que impedem uma análise em relação ao retorno esperado e que será maturado no longo prazo.

Estas limitações residem na utilização dos procedimentos contábeis do Fundo, que impedem a evolução de seus ativos sem cotação em bolsa pelos valores obtidos nos laudos de avaliação, além de que parte da carteira do FI-FGTS está alocado em ativos pré-operacionais, que conforme já esperado quando da aprovação do investimento demandam tempo de maturação antes que se inicie a geração operacional.

Quadro 10 - A.16.2b – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201109441 - 2ª PARTE
Item do Relatório de Auditoria	1.2.2.3 - CONSTATAÇÃO: (010)
Comunicação Expedida	Ofício nº 29.922/2011 - DPTEM/DP/SFC/CGU-PR
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUFUG
Descrição da Recomendação	Empregar as demonstrações consolidadas da sociedade investida e o capital social integralizado para fins de cálculo do método de equivalência patrimonial. Fazer os ajustes necessários nos balanços contábeis, tendo em vista a necessidade da adoção de critérios contábeis mais prudentes.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	GEAFE/GEDEF
Justificativas para o não atendimento	
O FI-FGTS utiliza para o cálculo do ajuste por equivalência do balanço patrimonial a Instrução CVM nº 247, de 27/03/1996, a qual em seu artigo 1º, § único dispõe que a “Equivalência patrimonial corresponde ao valor do investimento determinado mediante a aplicação da percentagem de participação no capital social sobre o patrimônio líquido de cada coligada, sua equiparada e controlada”. Ainda sobre a ICVM 247, o artigo 9º dispõe que o valor dos investimentos, pelo método de equivalência patrimonial, será obtido mediante aplicação da percentagem de participação no capital social sobre o valor do patrimônio líquido da coligada e da controlada.	
Quanto ao Valor Total Subscrito na aplicação do MEP, reafirma-se que a regra de utilização do valor total subscrito parece ter sido interpretada de forma equivocada, pois o item 12 do CPC 18, divulgado pela Deliberação CVM 605 de 26/11/2009 diz respeito a existência de potenciais direitos de voto, assim entendidos	



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

os Direitos de Subscrição de Ações, os Bônus de Subscrição de Ações, as Debêntures Conversíveis em Ações, as Opções de Compra, todos instrumentos que dão ao investidor um potencial direito, que somente resultará em “participação no controle acionário atual” desde que haja o exercício ou conversão destes direitos ou outros derivativos que, em essência, prontamente conferem acesso aos benefícios econômicos pertinentes a uma relação de propriedade.

No caso do FI-FGTS há uma obrigação estabelecida em contrato de investimento, e esta obrigação deve ser reconhecida contabilmente no fundo em contrapartida ao investimento detido. O acionista/investidor FI-FGTS assume, portanto, a obrigação de integralizar o capital subscrito no prazo previsto, e o não cumprimento desta poderá ser passível de cobrança judicial (inclusive juros e multa) ou da venda das ações ao mercado para que outro o cumpra. Por fim reiteramos o entendimento do Administrador em relação aos procedimentos adotados na aplicação do MEP, corroborado pelo Bradesco, na qualidade de prestador de serviços de controladoria do FI-FGTS, através de carta ratificada pelo auditor independente.

Em razão das argumentações descritas acima, não há necessidade de realizar ajustes nos balanços contábeis.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

6. Outras informações relevantes para a Unidade demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão

Durante o ano de 2011, o Gestor do FI-FGTS passou a adotar medidas e ações que visam aperfeiçoar sua governança, conforme recomendações da CGU e da auditoria interna:

- Obrigação de se abster em situações de conflito de interesse em relações comerciais com a CAIXA - muito embora não seja possível a concretização de uma situação de conflito de interesses, a VITER fez constar da Política de Nomeação que, entre as obrigações do Conselheiro indicado pelo FI-FGTS, está a obrigação do Conselheiro de se manifestar conflitado e se abster de votar quando o assunto em deliberação for referente a algum tipo de relacionamento comercial com a CAIXA.
- Declarações - é obrigatório que o Conselheiro indicado apresente declaração, sob as penas da lei, onde afirme sua imparcialidade e ausência de conflito com relação à companhia, além de afirmar, também, que possui todos os conhecimentos necessários para conduzir suas atividades de conselheiro.
 - (i) Os conhecimentos necessários recaem sobre aspectos legais, técnicos, setoriais, financeiros e econômicos, dentre outros que se fizerem necessários.
- Aprovação da Indicação – É necessária a submissão à aprovação do Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros de lista de empregados habilitados a participar nos conselhos das companhias investidas.
- Acompanhamento e avaliação do trabalho - O Conselheiro, sempre que solicitado, apresentará esclarecimentos, sobre a companhia e sobre sua atuação, aos órgãos de Governança do FI-FGTS.
- Implantação do novo Fluxo de Governança do FI-FGTS, culminando com a criação de novos Comitês.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

7. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da Gestão

As demonstrações contábeis do FI-FGTS apresentam a posição patrimonial e financeira do Fundo em 31 de dezembro de 2011, os resultados das operações, as mutações do patrimônio líquido e o fluxo de caixa do exercício findo na referida data.

Nessas demonstrações contábeis destacam-se adiante os aspectos relevantes da situação patrimonial e financeira e dos resultados do FI-FGTS no exercício de 2011.

O ativo total do Fundo alcançou o montante de R\$ 21.100.201,00, registrando uma variação de 6,02% em relação ao valor de 2010 (R\$ 19.902.635,00), cujos principais componentes patrimoniais apresentaram a seguinte posição:

- as aplicações interfinanceiras de liquidez, no montante de R\$ 4.938,1 milhões (R\$ 3.257,1 milhões em 2010), apresentaram uma variação positiva de R\$ 1.680,9 milhões (correspondente a 51,61%), associada aos resgates e rendimentos verificados no período;
- destacam-se os investimentos em projetos representados por instrumentos de dívida (debêntures) registraram o total de R\$ 9.575,8 milhões (R\$ 10.273,6 milhões em 2010), representando variação negativa de 6,79%. Já os investimentos através de cotas de fundos registraram um total de R\$ 1.008,8 milhões (R\$ 910 milhões em 2010), representando variação positiva de 10,85%. As participações societárias montaram o valor de R\$ 5.562,5 milhões (R\$ 5.461,8 milhões em 2010), representando variação positiva de 1,84%;

O passivo total, composto pelas obrigações e o patrimônio líquido do FI-FGTS totalizaram R\$ 21.100.201,00, cujos principais componentes patrimoniais apresentaram a posição a seguir:

- despesas com taxa de administração R\$ 14,7 milhões (R\$ 14,6 milhões em 2010);
- ações a liquidar R\$ 68,3 milhões (R\$ 984,650,00 em 2010); a diminuição expressiva desse valor decorre das integralizações pendentes na companhias investidas terem ocorrido em 2011; e
- patrimônio líquido, no total de R\$ 21.017,1 milhões registrou uma variação positiva de R\$ 2.113,8 milhões, correspondente a 11,18% em relação ao exercício anterior (R\$ 18.903,3 milhões), decorrente do resultado apurado no período. Em 2011 a rentabilidade líquida da cota foi de 7,63%, correspondente a TR + 6,34% a.a.

No exercício de 2011, o FI-FGTS apresentou resultado líquido de R\$ 1.464,4 milhões, com variação de 74,56% em relação ao ano anterior (R\$ 838,9 milhões em 2010), em que se destacam os seguintes itens:

- as disponibilidades do Fundo são, em grande parte, aplicadas no Over Longo do BACEN a uma taxa mais atrativa que a das operações compromissadas diárias;



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

- os resultados de equivalência patrimonial que atingiram a marca de R\$ 257,9 milhões (- R\$ 150,7 milhões em 2010) revertendo significativamente o resultado negativo de ano anterior.

Vale ressaltar que em 22 de agosto de 2011, por meio da Assembleia Geral Extraordinária da Odebrecht TransPort Participações S.A. foi aprovada a integralização das 22.972.952 ações mediante a conferência ao seu capital social de 24.678.045 ações da Emraport – Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. pelo valor de R\$ 596.500. Desta forma, o Fundo integralizou a totalidade de sua participação acionária na Odebrecht TransPort Participações S.A.. Essa operação gerou um ganho de R\$ 135,5 milhões ao Fundo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

8. Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis

A PricewaterhouseCoopers-PwC emitiu em 08 de maio de 2012 (ANEXO 2) parecer opinando, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo abaixo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho das suas operações do exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. no sentido de que as demonstrações contábeis do FI-FGTS apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FI-FGTS em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis ao FI-FGTS.

- **Base para opinião com ressalva do Auditor Independente do Fundo (PricewaterhouseCoopers)**

Conforme mencionado na Nota 5.1 (c) às demonstrações financeiras (ANEXO 1), o Fundo tem investimento na Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - ("EEVP"), avaliada pelo método de equivalência patrimonial, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 289.229 mil e o resultado produzido pela participação do Fundo no prejuízo dessa Companhia no exercício findo nessa data é de R\$ 185.732 mil. Devido à relevância dos assuntos descritos na referida Nota 5.1 (c), que descreve as razões para a abstenção de opinião pelo auditor da investida sobre as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar uma opinião de auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras da investida. Consequentemente, não foi praticável determinar eventuais ajustes nas demonstrações financeiras do Fundo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

9. Resultado da avaliação do impacto sócio-econômico das operações do FI-FGTS

9.1. Número de operações e valores aplicados por setor econômico e por unidade da federação

O FI-FGTS finalizou o ano de 2011 com investimento em 31 ativos, totalizando R\$ 17.765.937.267,62 (dezessete bilhões e setecentos e sessenta e cinco milhões e novecentos e trinta e sete mil e duzentos e sessenta e sete reais e sessenta e dois centavos), conforme descrito no item 3.3.1. Nesse mesmo ano, tivemos o resgate total da operação da CCR no valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

Os instrumentos em participação representam 25,38% do Valor Total Subscrito, R\$ 6.697.937.286,00 (seis bilhões, seiscentos e noventa e sete milhões e duzentos e sessenta e oito reais) e os instrumentos de dívidas representam 46,10%, R\$ 12.168.000.000,00 (doze bilhões e cento e sessenta e oito milhões de reais).

Desmembrando os instrumentos, temos, então R\$ 10.768.000.000,00 (dez bilhões, setecentos e sessenta e oito milhões de reais) em Debêntures, R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) em FIDC, R\$ 5.889.000.000,00 (cinco bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões de reais) em Ações e R\$ 808.000.000,00 (oitocentos e oito milhões de reais) em FIP.

Quanto à quantidade de operações por instrumento, temos a tabela a seguir:

Tabela 2 – Distribuição por Instrumento

Distribuição por Instrumento				
Instrumento	Ações	Debêntures	FIP	FIDC
Quantidade	18	9	2	2

Até dezembro de 2011, contamos com investimentos aproximados de R\$ 11.966.000.000,00 (onze bilhões, novecentos e sessenta e seis milhões de reais) em empresas que atuam no setor energético, R\$ 1.108.000.000,00 (um bilhão e cento e oito milhões de reais) no setor de ferrovia, R\$ 1.050.000.000,00 (um bilhão e cinquenta milhões de reais) em portos, R\$ 1.390.000.000,00 (um bilhão e trezentos e noventa milhões de reais) em rodovia e R\$ 1.150.000.000,00 (um bilhão e cento e cinquenta milhões de reais) em empresas do setor de saneamento.

Vale ressaltar que todos os valores acima incluem o investimento no BNDES. No entanto, para fins de enquadramento do limite setorial, o mesmo deve ser desconsiderado, conforme estabelece a Política de Investimento prevista no Regulamento do FI-FGTS. Para fins de enquadramento do limites setorial e de concentração por instrumento favor verificar o item 3.2.1 “Política de Investimento do Fundo”.

Abaixo segue tabela com a distribuição da quantidade de operações por setor:



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

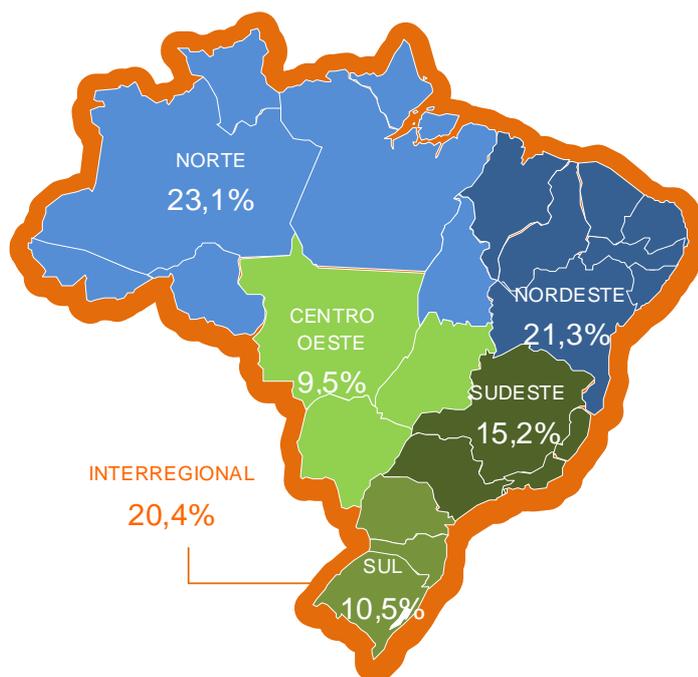
Tabela 3 – Distribuição Setorial

Distribuição Setorial						
Setor	Rodovia	Ferrovia	Porto	Hidrovia	Energia	Saneamento
Quantidade	2	5	3	0	20	2

Esclarecemos que algumas empresas possuem projetos enquadrados em mais de um setor.

Em termos percentuais temos a seguinte distribuição por região: 23,1% na região Norte, 10,5% na Região Sul, 21,3% na região Nordeste, 9,5% na região Centro-oeste e 15,2% na região Sudeste. Considere-se ainda que 20,4% dos projetos são inter-regionais, ou seja, diz respeito aos projetos que estão presentes em 2 ou mais Estados. A democratização na distribuição dos recursos, ora alocados, reporta-nos à importância do FI-FGTS para o desenvolvimento estratégico do Brasil.

Ilustração 2 - Distribuição dos Recursos do FI-FGTS por região do país.



9.2. Número de operações e valores dos investimentos e dos recursos liberados e aprovados no exercício em relação ao total por setor econômico e ao total por unidade da federação

O FI-FGTS finalizou o ano de 2011 com 4 novos investimentos, sendo um por meio do FIP Saneamento, totalizando R\$ 630.600.000,00 (seiscentos e trinta milhões e seiscentos mil de reais).



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Todos estes projetos foram investidos por meio de instrumentos em participação, especificamente na compra de ações das empresas investidas.

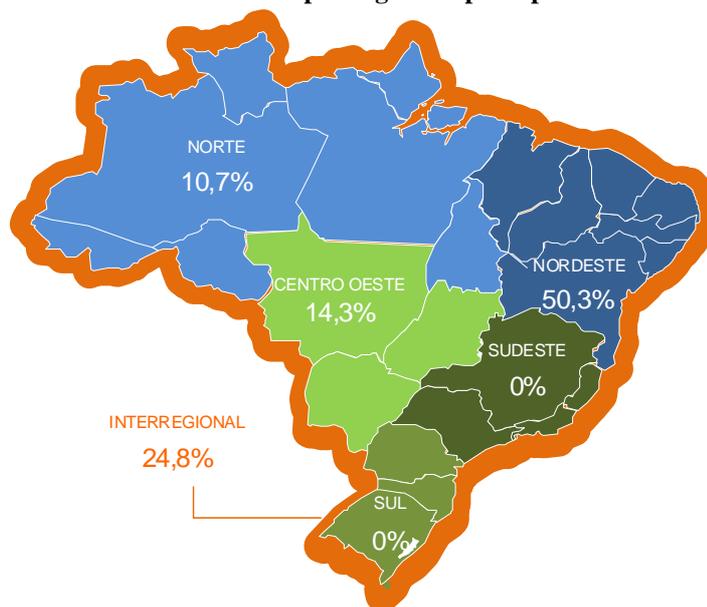
A tabela abaixo demonstra o que foi contratado, ou seja, novas operações assinadas, e valores liberados para os setores nos quais o FI-FGTS atuou no ano de 2011.

Tabela 4 – Setor Investido

Setor Investido	Valor Contratado	Valor Liberado em 2011
Energia	450.000.000,00	657.690.406,93
Porto	-	250.000.000,00
Rodovia	90.000.000,00	15.000.000,00
Saneamento	90.600.000,00	90.600.000,00
Total	630.600.000,00	1.013.290.406,93

Em termos percentuais temos a seguinte distribuição dos recursos aplicados apenas no ano de 2011 por região: 10,7% na região Norte, 50,3% na região Nordeste, 14,3% na região Centro-Oeste e 0% nas regiões Sul e Sudeste. Considere-se ainda que 24,8% dos projetos são inter regionais, ou seja, os projetos que estão presentes em 2 ou mais Estados.

Ilustração 3 - Distribuição dos Recursos do FI-FGTS por região do país apenas em 2011.



9.3. Legislação pertinente e suas atualizações

Conforme já mencionado no item 3 sobre as “Informações sobre o Planejamento e Gestão Financeira do FI-FGTS”, especificamente quanto à Competência Institucional, o FI-FGTS foi criado a partir da Medida Provisória nº 349, de 22/01/2007, convertida na Lei nº 11.491, de 20/06/2007.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Além disso, o FI-FGTS é regulado pela Instrução CVM nº 462, de 26/11/2007, pelo Regulamento, aprovado na Resolução CCFGTS 553/07 e pelas diretrizes de gestão e aplicação de recursos estabelecidas em seu Comitê de Investimentos e também pelo CCFGTS.

No exercício de 2011, o Regulamento do FI-FGTS foi atualizado em fevereiro e maio.

9.4. Remuneração do banco operador

O banco operador do FI-FGTS é a CAIXA e a sua remuneração está prevista no capítulo V, Artigo 21, Parágrafo Primeiro, do Regulamento do FI-FGTS.

A Taxa de Administração a ser paga pelo FI-FGTS ao Administrador/Gestor corresponde a 1,0 % a.a. incidente sobre o patrimônio líquido do FI-FGTS, exceto para os valores aplicados em Disponibilidades, valores sobre os quais incidirá percentual de 0,10% a.a..

As atividades de administração do FI-FGTS estão descritas no Artigo 4º, do Regulamento:

“Compete à ADMINISTRADORA a gestão do patrimônio do FUNDO, podendo realizar todas as operações, praticar todos os atos que se relacionem com o seu objeto e exercer todos os direitos inerentes à titularidade dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO, inclusive o de promover medidas judiciais e administrativas, votação em assembléias gerais e especiais, abertura e movimentação de contas bancárias, aquisição e alienação de títulos pertencentes ao FUNDO, desde que observadas as restrições impostas por este Regulamento. Poderá, ainda, proceder à contratação de terceiros legalmente habilitados para a prestação de serviços relativos às atividades do FUNDO.”

Com isso, podemos destacar algumas das atividades, como:

- a) Representar o Fundo nos comitês dos fundos investidos, em assembléias de debenturistas, de credores e acionistas;
- b) Avaliar viabilidade econômico-financeira dos ativos a serem investidos;
- c) Negociar e celebrar acordos prévios e finais de investimento;
- d) Controlar o cumprimento das obrigações de investimento dos tomadores de recursos;
- e) Executar atos societários necessários as atividades da empresa investida;
- f) Administrar o retorno dos investimentos realizados com recursos de terceiros;
- g) Elaborar proposta de desinvestimento dos fundos geridos;



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

- h) Propor estratégias para negociações e diretrizes para abertura de capital em companhias investidas, com vistas á consecução do desinvestimento;
- i) Controlar fluxo de desembolso dos recursos investidos nos projetos;
- j) Renegociar dívidas e participações dos fundos de investimento;
- k) Promover a execução de garantias reais, extrajudiciais ou judiciais, em ativos inadimplidos.

Desta forma, no exercício de 2011, foi pago à CAIXA o montante de R\$ 159.230.843,46 (cento e cinquenta e nove milhões e duzentos e trinta mil e oitocentos e quarenta e três reais e quarenta e seis centavos) a título de remuneração pelos serviços de administração e gestão do FI-FGTS.

9.5. Formas de controle e acompanhamento dos investimentos

O FI-FGTS possui controles que, devido às necessidades operacionais são diferentes dos utilizados pela CAIXA.

O controle do arquivo dos documentos das empresas investidas é realizado por meio de softwares, com dados das empresas em servidor de acesso exclusivo aos funcionários da SUFES/GEAFE e arquivo em armários identificados e com chaves.

Além disso, são elaborados relatórios mensais para a área de controle do FGTS sobre os valores de desembolso dos projetos e valores integralizado do FGTS para o FI-FGTS acumulado. Além disso, é elaborado relatório de acompanhamento dos ativos, contendo as informações sobre a situação dos projetos sob gestão do FI-FGTS.

Quanto à evolução dos investimentos, bem como a aplicação dos recursos, o FI-FGTS recebe das empresas relatórios, a seguir descritos, com informações sobre os empreendimentos e sua evolução física e financeira, e para as informações contábeis há necessidade de pareceres de auditoria independentes.

As empresas enviam relatório trimestral ao FI-FGTS com informações sobre o empreendimento realizado com os recursos aportados pelo FI-FGTS e, semestralmente é entregue relatório de investimentos discriminando o investimento realizado tal como descrito no Plano de Investimentos; e demais informações sobre os serviços contratados e valores de pagamento. .

9.6. Relação dos principais projetos e operações no exercício de 2011, por ordem decrescente de valor investido, até o montante acumulado de 90% do total de recursos aplicados pelo FI-FGTS



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

9.6.1. BNDES

Quadro 11 – Resumo da operação com o BNDES

BNDES	
Setor	Energia, ferrovia e empreendimentos complementares aos setores de infraestrutura.
UF	PE, MA, MS, SP, AM, BA, ES, CE, SC, GO, MG, MT, PR, RS, PA, TO
Histórico	O FI-FGTS adquiriu o montante total de R\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais) em debêntures de emissão do BNDES, em virtude do exposto no artigo 7º inciso IX, da Lei nº 8.036 de 1990, que trata da responsabilidade da CAIXA em garantir aos recursos alocados no FI-FGTS a remuneração mínima equivalente a aplicável às contas vinculadas do FGTS. Além disso, a aquisição consiste em uma forma de garantir a capacidade do BNDES de fornecimento de recursos de longo prazo a seus projetos aprovados, os quais a ausência de tais poderia impactar negativamente nos investimentos em infraestrutura do país.
Objetivos	Essa aquisição visa contribuir para a expansão dos investimentos na economia brasileira, com ênfase para o setor de infraestrutura, cujos escopos estão em consonância com a política de investimento do FI-FGTS. Além disso, o principal foco do aporte financeiro realizado pelo Fundo é apoiar empreendimentos que visem o desenvolvimento nacional nos setores alvo para aumentar a eficiência e competitividade das empresas brasileiras, diminuindo os gargalos no setor de infraestrutura que tornam os produtos nacionais mais custosos.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais).
Valores Liberados	R\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais) foram liberados em 2008, não ocorreram liberações em 2011.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial

9.6.2. SANTO ANTONIO ENERGIA

Quadro 12 – Resumo da operação com a Santo Antonio Energia S.A.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	
Setor	Energia
UF	RO



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Histórico	Aquisição de 49,9% do FIP Amazônia Energia com investimento de R\$ 308.545.685,48 (trezentos e oito milhões e quinhentos e quarenta e cinco mil e seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) , que representam 9,98% de participação indireta na Madeira Energia S.A.; e aquisição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, Sujeitas à Convolação para Espécie Quirográfica da Madeira Energia S.A., totalizando um investimento de R\$ 1,5 bilhão (um bilhão e quinhentos milhões de reais).
Objetivos	Esta operação visa o investimento na construção e implantação da UHE Santo Antônio, que possuirá a potência instalada de 3.150 MW e assegurada de 2.218 MW, aumentando em 4% a produção nacional.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 1.808.545.385,48 (um bilhão e oitocentos e oito milhões e quinhentos e quarenta e cinco mil e trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e oito centavos).
Valores Liberados	R\$ 1.741.876.876,69 (um bilhão e setecentos e quarenta e um milhões e oitocentos e setenta e seis mil e oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e nove centavos).
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial

9.6.3. OTPP

Quadro 13 – Resumo da operação com a OTPP.

Odebrecht Transport Participações S.A	
Setor	Rodoviário e Portuário
UF	SP/BA/PE/MS/GO
Histórico	O FI-FGTS adquiriu participação societária correspondente à 30% do capital social, por meio de aumento de capital, mediante subscrição de novas ações, desembolsando um montante de R\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais), a serem empregados nos seguintes projetos: Rota das Bandeiras, Bahia Norte, Rota dos Coqueiros, Rota do Atlântico - Expressway e Logum.
Objetivos	O aporte de capital do FI-FGTS permitirá a Odebrecht Transport Participações S.A. gerenciar ativos já existentes em transporte e logística no Brasil e participar no capital das sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões reais).
Valores Liberados	Em 29/09/2010 foi investido o montante de R\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais).
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial

9.6.4. FOZ DO BRASIL

Quadro 14 – Resumo da operação com a Foz do Brasil S.A.

FOZ DO BRASIL S.A.	
Setor	Saneamento
UF	BA/ES/SC/SP/RJ/TO
Histórico	O FI-FGTS investiu R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais) na aquisição de 26,53% de participação acionária na Foz do Brasil S/A.
Objetivos	O objetivo principal desta operação é investir e operar projetos nos segmentos de abastecimento de água, saneamento e tratamento de resíduos industriais. Os atuais ativos e empresas que compõe o portfólio da Foz e que receberam recursos do FI-FGTS até 2011 são: Foz de Limeira, Aquapolo, Saneamento Rio Claro, Concessionária Águas de Cachoeiro do Itapemirim, Saneamento Blumenau, Saneamento Santa Gertrudes, Foz do Jaguaribe, Saneatins, Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil (“VSB”), Mairinque e Projeto Tkcsa.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais).
Valores Liberados	A operação consistiu na emissão primária de ações ordinárias e subscrição, por parte do FI-FGTS, no montante de R\$ 650 milhões (seiscentos e cinquenta milhões de reais), representativas de 26,53% do capital social da Foz do Brasil, pagos em única parcela em 21/10/2009.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

9.6.5. EEVP

Quadro 15 – Resumo da operação com a EEVP

Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	
Setor	Energia
UF	PA e MS
Histórico	O FI-FGTS investiu R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) na aquisição de 35,70% de participação acionária na EEVP, o que representa, indiretamente, participação de 24,36% no Grupo Rede.
Objetivos	A participação do FI-FGTS visa viabilizar a implementação do plano de ação da Companhia que contempla (i) o cumprimento do plano de metas e melhorias; (ii) a reestruturação financeira da Companhia; (iii) investimentos em CAPEX e (iv) a atuação nas subsidiárias que necessitem de maior ingerência do FI-FGTS.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).
Valores Liberados	R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) liberados em 2010, não ocorreram liberações em 2011.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial

9.6.6. ENERGIMP

Quadro 16 – Resumo da operação com a Energimp

Energimp S.A	
Setor	Energia
UF	CE/SC
Histórico	É uma sociedade por ações de propósito específico, com participação do FI-FGTS e da Wind Power Energia S.A. (“WPE”), na proporção, respectivamente, de 45,0% e 55,0% do capital social da Companhia. O investimento total de até R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) a serem subscritos e integralizados, além de um aporte adicional de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), conforme as chamadas para aumento de capital que foram deliberadas pelos acionistas, para desenvolvimento dos projetos aprovados.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Objetivos	Investir na implantação, manutenção e exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica proveniente de fonte eólica, por meio da construção de parques eólicos. Os investimentos foram alocados para os empreendimentos de Santa Catarina e Ceará, os quais são responsáveis pela geração de 222 MW e 212 MW, respectivamente.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) previstos nos investimentos de Ceará e Santa Catarina, adicionalmente uma subscrição de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), conforme a necessidade de aporte dos acionistas para os empreendimentos de Ceará, perfazendo a monta de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).
Valores Liberados	R\$ 365.800.000,00 (trezentos e sessenta e cinco milhões e oitocentos mil reais) liberados em abril de 2010, R\$ 34.200.000,00 (trinta e quatro milhões e duzentos mil reais) liberados em janeiro de 2011. O aporte adicional previsto no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) foi corrigido, conforme o regramento estabelecido nos instrumentos perfazendo a monta de R\$ 109.367.762,14 (cento e nove milhões e trezentos e sessenta e sete mil e setecentos e sessenta e dois reais e quatorze centavos), e liberado para companhia em maio de 2011.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial

9.6.7. CCR

Quadro 17 – Resumo da operação com a CCR

CCR – Companhia de Concessão Rodoviária	
Setor	Rodovia
UF	SP/RJ
Histórico	Em 2008 a CCR emitiu debêntures no montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), as quais foram subscritas e integralizadas pelo FI-FGTS. Os recursos foram empregados em empreendimentos sob a concessão da CCR, a saber: CCR – AutoBAn, CCR – NovaDutra, CCR – ViaOeste, CCR – RodoNorte, CCR – Ponte, CCR – ViaLagos e CCR – RodoAnel, sendo destinados exclusivamente para investimento em infraestrutura rodoviária nos negócios da emissora e/ou suas subsidiárias.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Objetivos	Os recursos obtidos com a emissão das debêntures foram utilizados em obras para ampliação, modernização e recuperação dos trechos das rodovias e na infraestrutura auxiliar das rodovias, como passarelas, sinalização, entre outros dos seguintes projetos: CCR AUTOBAN, CCR NOVADUTRA, CCR VIAOESTE, CCR RODONORTE, CCR PONTE, CCR VIALAGOS, CCR RODOANEL.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).
Valores Liberados	R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) liberados em 2008. Em 27 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou o resgate total da operação.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial

9.6.8. CONE

Quadro 18– Resumo da operação com a Cone

CONE	
Setor	Empreendimentos complementares, sendo terminais e armazéns de cargas, no setor portuário.
UF	PE
Histórico	O FI-FGTS adquiriu participação societária correspondente à 39,75% do capital social, por meio de aumento de capital, mediante subscrição de novas ações, desembolsando um montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) a serem empregados no projeto logístico de Cone Suape.
Objetivos	O objetivo do FI-FGTS ao investir no Cone Suape consiste na construção de uma plataforma de multiempreendimentos capaz de abrigar projetos e, ao mesmo tempo, prover serviços e competências logísticas para atender a demanda oriunda da região de influência direta do Complexo de Suape. O objetivo deste projeto é a implantação de um condomínio de negócios, para oferecer infraestrutura logística auxiliar, de maneira integrada, abrangendo transporte, armazenamento e exportação em regiões de adjacência portuária, através da oferta de espaços dedicados, como galpões e pátios logísticos para a instalação de empresas de diversos segmentos.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Valores Liberados	Até o ano de 2011, foram desembolsados R\$ 447.400.000,00 (quatrocentos e quarenta e sete milhões e quatrocentos mil reais), sendo que somente em 2011 foram R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial

9.6.9. FIP SANEAMENTO

Quadro 19 – Resumo do FIP Saneamento

Caixa Fundo de Investimento em Participações Saneamento - FIP Saneamento	
Setor	Saneamento
UF	PA/TO
Histórico	O FIP Saneamento foi constituído em dezembro de 2010, sob a forma de condomínio fechado e possui prazo de duração indeterminado. O investimento se efetivou por meio da subscrição e integralização da totalidade das cotas emitidas pelo FI-FGTS, com patrimônio líquido inicial de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). O limite de exposição a cada empresa investida está limitado a uma participação de até 49% do capital social. O investimento realizado em 2011 consiste no aporte de R\$ 90.600.000,00 (noventa milhões e seiscentos mil reais) na Saneatins, correspondente a 49% do capital social da Companhia, desembolsados em dezembro de 2011.
Objetivos	O principal objetivo do Fundo é a aquisição de participação acionária em Companhias de Saneamento ou em projetos desenvolvidos por estas, que visem promover a ampliação, reforma e implantação de projetos voltados para o tratamento, produção e distribuição de água, bem como, voltados à coleta, tratamento e disposição de esgoto no Brasil.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).
Valores Liberados	R\$ 90.600.000,00 (noventa milhões e seiscentos mil reais).
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial

9.6.10. EMBRAPORT



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Quadro 20 – Resumo da operação com a Embraport

Embraport - Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A	
Setor	Portuário
UF	SP
Histórico	A EMBRAPORT foi criada com o objetivo de construir e operar um terminal portuário privativo de uso misto na cidade de Santos. Em outubro de 2008, o FI-FGTS e o Grupo Coimex tornaram-se sócios do empreendimento, com 33,33% cada de participação no capital social da Companhia. O investimento realizado pelo FI-FGTS foi de R\$ 462.500.000,00 (quatrocentos e sessenta e dois milhões e quinhentos mil reais). Em 2009, houve o ingresso do Grupo Odebrecht e a operadora de portos DP World no empreendimento. Em agosto de 2011, o FI-FGTS aportou capital para aquisição das ações de sua titularidade na OTPP e em 22 de agosto de 2011, ocorreu a transferência das ações da EMBRAPORT detidas pelo FI-FGTS para a OTPP.
Objetivos	O projeto trata da construção de um terminal portuário, situado à margem esquerda do estuário de Santos/SP, com instalações modernas, podendo operar com grandes embarcações, acessos rodoviário e ferroviário e maior proximidade dos grandes mercados consumidores. São 803 mil m ² de área total, 1.100 m de cais, 2 píeres, 342 mil m ² de retro área para armazenagem de cargas em geral, 60 mil m ³ de tancagem de etanol e 72 mil m ² de área administrativa.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 462.500.000,00 (quatrocentos e sessenta e dois milhões e quinhentos mil reais).
Valores Liberados	R\$ 462.500.000,00 (quatrocentos e sessenta e dois milhões e quinhentos mil reais).
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial

9.6.11. ALUPAR HOLDING

Quadro 21 – Resumo da operação com a Alupar

ALUPAR	
Setor	Energia
UF	MT, ES, SP, AP, GO, RS
Histórico	O FI-FGTS investiu R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) na aquisição de 17,84% de participação acionária na Alupar S.A.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Objetivos	O principal objetivo desta operação é promover a implantação e modernização das SPEs detidas pela Alupar, além de subsidiar o desenvolvimento de novos projetos com propósito de geração e transmissão de energia elétrica.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).
Valores Liberados	R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais), sendo que deste montante R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) foram liberados durante o ano de 2011.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial

9.6.12. J. MALUCELLI

Quadro 22 – Resumo da operação com a J. Malucelli

J. Malucelli Energia S.A.	
Setor	Energia
UF	PA/MT/GO/MG/SP/PR/SC/MS/RN
Histórico	O FI-FGTS ingressou no quadro societário da J. Malucelli Energia, visando uma subscrição de 40,81% das ações, que correspondem ao aporte de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), liberados conforme as chamadas para aumento de capital deliberada pelos acionistas, para desenvolvimento dos projetos.
Objetivos	Tem como objetivo implantar projetos voltados aos segmentos de geração hidroelétrica, eólica e térmica, e de transmissão de energia.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).
Valores Liberados	R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial

9.6.13. MRS

Quadro 23 – Resumo da operação com a MRS

MRS	
Setor	Ferrovias
UF	SP/RJ



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Histórico	Em junho de 2010 foi aprovado o investimento do FI-FGTS no montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), mediante a aquisição de debênture para ser aplicado na melhoria do sistema de transporte ferroviário, além de investimentos em material rodante e em sistema de automação e controle da operação da MRS Logística S/A ("MRS").
Objetivos	O principal objetivo desta operação é promover crescimento na capacidade de transporte, melhorar a malha ferroviária e material rodante.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).
Valores Liberados	R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) foram liberados em 2010.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial

9.6.14. NOVA CIBE

Quadro 24 – Resumo da operação com a Nova Cibe

Nova Cibe Energia S/A	
Setor	Energia
UF	BA/CE/PB/PE
Histórico	A Nova Cibe tem como objeto social a participação, na qualidade de sócio ou acionista, em sociedades constituídas para a implantação, manutenção e exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica. Atualmente a Companhia tem como acionistas o Grupo Bertin, com 50,40% de participação e o FI-FGTS com 49,60% de participação.
Objetivos	O principal objetivo deste investimento é construir e explorar comercialmente Usinas Termelétricas movidas a óleo combustível, tipo B1 (baixo teor de enxofre).
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais).
Valores Liberados	R\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais) integralizados em sua totalidade em 2010.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

9.6.15. MDC PAR

Quadro 25 – Resumo da operação com a MDC

MDC	
Setor	Energia
UF	BA
Histórico	O FI-FGTS adquiriu em 2011 a participação societária na MDCPar S.A. (“MDC”), por meio de aumento de capital, mediante a subscrição de novas ações correspondente a 38% do capital social da Companhia.
Objetivos	O FI-FGTS, com este investimento, tem como objetivo atender a demanda de suprimento de energia com crescimento sustentável, optando prioritariamente pelo gás natural de fonte fóssil e o gás natural de fonte renovável, conhecido também como biometano ou biogás.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).
Valores Liberados	R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) desembolsados em dezembro de 2011.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial

9.6.16. FIDC CEEE

Quadro 26 – Resumo da operação com a FIDC CEEE

FIDC CEEE	
Setor	Energia
UF	RS
Histórico	O investimento foi realizado com a estruturação de um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE - GT, por meio da aquisição de quotas seniores, no volume de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), adquiridas pelo FI-FGTS e de quotas subordinadas adquiridas pela cedente, no volume de R\$ 12.800.000,00 (doze milhões e oitocentos mil reais). O regulamento do FIDC CEEE V-GT foi assinado em 11 de maio de 2009, possuindo um prazo de duração de 79 (setenta e nove) meses, podendo ser prorrogados após a realização de Assembléia Geral de Quotistas do Fundo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Objetivos	Os recursos foram destinados para investimentos em projetos de reforma, ampliação e implantação de empreendimentos em infraestrutura no setor de energia, principalmente em Linhas de Transmissão, para a qual a CEEE possui 6.055,61 km de extensão, que são suportadas por 15.058 estruturas e operam nas tensões de 230, 138 e 69 kV.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).
Valores Liberados	R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) foram liberados em 2009.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial

9.6.17. HIDROTERMICA

Quadro 27 – Resumo da operação com a Hidrotérmica

Hidrotérmica S/A	
Setor	Energia
UF	RS/GO/AL/PE/MG
Histórico	A Hidrotérmica investe em projetos de energia hidrelétrica nos estados de Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, bem como na construção e operação de usinas termelétricas (UTES) no Nordeste e Espírito Santo. O valor total investido pelo FI-FGTS foi de R\$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais) em dois momentos: em 2009, foram aportados R\$160 milhões (cento e sessenta milhões de reais) mediante a subscrição e integralização de 55.667.283 novas ações ordinárias nominativas, perfazendo uma participação de 21,33% no capital social da Companhia; em 2011, foi aportado R\$200 milhões (duzentos milhões de reais), por meio da subscrição de 67.796.610, totalizando, assim, a participação no Capital Social da empresa de 37,56%.
Objetivos	Investir na construção, reforma, ampliação e implantação dos empreendimentos de infraestrutura do setor energético, nas empresas controladas pela Companhia, de acordo com o plano de negócios, perfazendo um montante aproximado de 323 MW, dos quais estão segregados em PCH's (pequenas centrais hidrelétricas) e UTE's (usinas termelétricas) espalhadas nos estados de: Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Goiás Pernambuco e Alagoas.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais).
Valores Liberados	R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais) em 2009 e R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) em 2011.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial

9.6.18. EPESA

Quadro 28 – Resumo da operação com a EPESA

EPESA	
Setor	Energia
UF	PE
Histórico	A Central Elétrica de Pernambuco S/A (“EPESA”) é uma sociedade anônima de capital fechado com participação da Eletricidade do Brasil S/A (“EBrasil”) e da OZ&M Incorporação e Participação LTDA. (“OZ&M”), na proporção, respectivamente, de 95,0%, 5,0% e 10% do capital social. Em 22 de janeiro de 2009, a sociedade efetuou emissão de debêntures, as quais foram subscritas pelo FI-FGTS no montante de R\$ 171.000.000,00 (cento e setenta e um milhões) de reais.
Objetivos	O valor a ser obtido pela EPESA, com a subscrição pelo FI-FGTS das debêntures, foi destinado à implantação das usinas termoeletricas Termomanaus - 156,15 MW e Pau Ferro I - 102,6 MW, ambas totalizando 258,75 MW de potência instalada. As UTEs foram incluídas pelo Governo Federal nos projetos estratégicos do PAC, Programa de Aceleração de Crescimento, no eixo de Infraestrutura Energética.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 171.000.000,00 (cento e setenta e um milhões de reais).
Valores Liberados	R\$ 171.000.000,00 (cento e setenta e um milhões de reais) foram liberados em 2009.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial

9.6.19. ALL



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Quadro 29 – Resumo da operação com a ALL

ALL - América Latina Logística	
Setor	Ferroviário e Rodoviário
UF	PR/SC/RS/MT/MS
Histórico	Em agosto de 2008 foi aprovado o investimento do FI-FGTS no montante de R\$ 500 milhões (quinhentos milhões de reais), mediante a aquisição de debêntures de três subsidiárias da ALL, sendo o valor assim distribuído: R\$ 166.666.666,00 (cento e sessenta e seis milhões e seiscentos e sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta e seis reais) investidos na Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S/A, R\$ 166.666.666,00 (cento e sessenta e seis milhões e seiscentos e sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta e seis reais) na Ferronorte S/A Ferrovias Norte Brasil e R\$ 166.666.668,00 (cento e sessenta e seis milhões e seiscentos e sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta e oito reais) na ALL América Latina Logística Malha Sul S/A., totalizando R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).
Objetivos	O principal objetivo desta operação é promover crescimento na capacidade de transporte, melhorar a malha ferroviária e material rodante.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).
Valores Liberados	R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) liberados em setembro de 2008.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial

9.6.20. IRACEMA

Quadro 30 – Resumo da operação com a Iracema

Iracema Transmissora de Energia S.A.	
Setor	Energia
UF	PI/CE
Histórico	A IRACEMA foi constituída para a implantação, construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão de Energia Elétrica com origem na subestação São João do Piauí, no Estado do Piauí e término na subestação Milagres no Estado do Ceará. O FI-FGTS investiu R\$ 109.000.000,00 (cento e nove milhões de reais) na linha de transmissão por meio da aquisição de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas em dezembro de 2010.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Objetivos	O principal objetivo do FI-FGTS é investir no projeto de construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 400 km, com origem na subestação São João do Piauí, no Estado do Piauí e término na subestação Milagres no Estado do Ceará.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 109.000.000,00 (centos e nove milhões de reais).
Valores Liberados	R\$ 109.000.000,00 (centos e nove milhões de reais) liberados em dezembro de 2010. Não ocorreram liberações em 2011.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial

9.6.21. FIDC ENERGISA

Quadro 31 – Resumo da operação com a Energisa

Energisa S.A.	
Setor	Energia
UF	SE/PB/MG/RJ
Histórico	O investimento foi realizado por meio da compra de quotas seniores, no volume de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), adquiridas pelo FI-FGTS, e quotas subordinadas adquiridas pelas cedentes, no volume de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008 – FIDC III.
Objetivos	O objetivo do FI-FGTS na aquisição de quotas do FIDC Energisa 2008 é a aplicação dos recursos na construção, reforma, ampliação e implantação de empreendimentos em infraestrutura de energia. As companhias que receberam investimento do FI-FGTS foram: Energisa Borborema, Energisa Minas Gerais, Energisa Nova Friburgo, Energisa Sergipe e Energisa Paraíba.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)
Valores Liberados	R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) liberados em dezembro de 2008.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

9.6.22. LOGBRAS

Quadro 32 – Resumo da operação com a Logbras

Logbras	
Setor	Empreendimentos complementares, sendo os terminais e armazéns de cargas, nos casos dos setores de rodovia, ferrovia, porto e hidrovia.
UF	SP/BA
Histórico	O FI-FGTS adquiriu em 2011 a participação societária (equity) de 45,0% da Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A (“Logbras”), afim de desenvolver os projetos da Companhia.
Objetivos	O objetivo desta operação é o investimento em Parques Logísticos em todo o país, viabilizando empreendimentos que visem captar a demanda existente por espaços adequados, com especificações técnicas modernas e infraestrutura compartilhada, em regiões estrategicamente localizadas, em especial, em torno das principais rodovias e portos do país. Inicialmente, serão construídos dois parques logísticos, sendo um no Estado de São Paulo e outro na Bahia, respectivamente, para o desenvolvimento dos projetos previstos no Plano de Negócios.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais).
Valores Liberados	R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), desembolsado em dezembro de 2011.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial

9.6.23. TESC

Quadro 33 – Resumo da operação com a TESC

TESC - Terminal Santa Catarina S.A	
Setor	Portuário
UF	SC
Histórico	O FI-FGTS investiu R\$ 88.000.000,00 (oitenta e oito milhões de reais) em subscrição de Debêntures com prazo total de 20 anos, emitidas em 2009.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Objetivos	O principal objetivo desta investida é o atendimento às determinações acordadas na concessão pública de gerenciamento do TESC (TESC - Terminal Santa Catarina S.A), onde foi desenvolvida uma série de ações para ampliação da capacidade, modernização dos equipamentos utilizados e aperfeiçoamento dos processos.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 88.000.000,00 (oitenta e oito milhões de reais).
Valores Liberados	R\$ 63.060.042,72 (sessenta e três milhões e sessenta mil e quarenta e dois reais e setenta e dois centavos) liberados em dezembro de 2009 e R\$ 25.110.020,99 (vinte e cinco milhões e cento e dez mil e vinte reais e noventa e nove centavos) em janeiro de 2010 (corrigidos pela SELIC à época).
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial

9.6.24. ERB

Quadro 34 – Resumo da operação com a ERB

Energias Renováveis do Brasil S.A.	
Setor	Energia
UF	BA
Histórico	O FI-FGTS investiu R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) na aquisição de 49% de participação acionária na ERB - Energias Renováveis do Brasil S.A..
Objetivos	O investimento do FI-FGTS na companhia visa o desenvolvimento de projetos voltados para as áreas de geração de energia, a partir da produção e combustão de biomassa e também, o desenvolvimento e implantação de empreendimentos de produção de biomassa.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).
Valores Liberados	R\$ 24.170.044,79 (vinte e quatro milhões e cento e setenta mil e quarenta e quatro reais e setenta e nove centavos), sendo que deste montante R\$15.620.044,79 (quinze milhões e seiscentos e vinte mil e quarenta e quatro reais e setenta e nove centavos) foram liberados durante o ano de 2011.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

9.6.25. Alupar Usinas

Quadro 35 – Resumo da operação com a Alupar Usinas

ALUPAR USINAS	
Setor	Energia
UF	SP, RS e GO
Histórico	O FI-FGTS investiu R\$ 127.524.120,00 (cento e vinte e sete milhões e quinhentos e vinte e quatro mil e cento e vinte reais) na aquisição de 49,99% de ações preferenciais das SPEs Foz do Rio Claro Energia S.A., Ijuí Energia S.A., Usina Paulista Queluz de Energia S.A. e Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.
Objetivos	Queluz Energia S.A. e Lavrinhas Energia S.A. foram constituídas com a finalidade de construir, implantar e explorar comercialmente os projetos de geração de energia elétrica das duas PCHs localizadas no Rio Paraíba do Sul, no estado de São Paulo, e possuem potência total instalada de 30 MW cada.
	Ijuí Energia S.A. e a Foz do Rio Claro Energia S.A. foram constituídas a fim de viabilizar a geração de energia por meio da exploração dos rios Ijuí e Rio Claro até o ano de 2041, nos estados do Rio Grande do Sul e Goiás e com potência instalada de 51 MW e 68,4 MW respectivamente.
Benefícios Gerados	Confidencial
Investimentos Previstos	R\$ 127.524.120,00 (cento e vinte e sete milhões e quinhentos e vinte e quatro mil e cento e vinte reais); distribuídos da seguinte forma: Lavrinhas - R\$ 21.904.181,00 (vinte e um milhões e novecentos e quatro mil e cento e oitenta e um reais); Queluz - R\$ 22.586.549,00 (vinte e dois milhões e quinhentos e oitenta e seis mil e quinhentos e quarenta e nove reais); Ijuí - R\$ 42.041.590,00 (quarenta e dois milhões e quarenta e um mil e quinhentos e noventa reais); e Foz do Rio Claro - R\$ 40.991.800,00 (quarenta milhões e novecentos e noventa e um mil e oitocentos reais).
Valores Liberados	R\$ 127.524.120,00 (cento e vinte e sete milhões e quinhentos e vinte e quatro mil e cento e vinte reais) foram liberados em 2008.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	Confidencial
Análise Crítica	Confidencial



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

10. Conclusão

Em 2011, o FI-FGTS implementou todas as ações e medidas previstas para o ano que possibilitaram o aprimoramento da sua atuação no mercado, dentre elas podem-se destacar:

O FI-FGTS manteve sua missão de colaborar para o desenvolvimento do país, por meio de projetos que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população.

O FI-FGTS preocupou-se em alocar seus recursos em projetos com potencial de dinamização da economia local, com elevada capacidade de geração de emprego e renda, colaborando para o crescimento do país.

Em 2011, o Fundo manteve sua política de investimento e no setor de energia, priorizou projetos de transmissão e distribuição ligados a geração de energia limpa, com o investimento na empresa MDCpar.

Além disso, realizou um novo investimento no projeto de logística integrada complementar aos setores de rodovia e porto na companhia Logbras, contribuindo para a melhora da eficiência do sistema de logística.

Cumprir mencionar que o FI-FGTS ampliou seus investimentos no setor de saneamento, por meio do FIP Saneamento, o qual desembolsou recursos na Saneatins, corroborando para o aumento da cobertura dos serviços de abastecimento de água e esgoto, com vistas a melhorar a qualidade de vida e a saúde da população do Tocantins.

Corroborar para a ampliação da participação do FI-FGTS no mercado, ações e medidas que aperfeiçoaram os controles internos para monitorar o cumprimento das metas e objetivos dos investimentos realizados, e redimensionamento da área de gestão para ampliação do quadro de funcionários com o objetivo de melhor atender às demandas por mais investimento.

Ao final do exercício 2011 o FI-FGTS apresentou um patrimônio líquido superior a R\$ 21 bilhões, representados por investimentos em diversos projetos de infra-estrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia e saneamento. A rentabilidade do Fundo no ano de 2011 foi de 7,63%, correspondente a TR + 6,34%.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

ANEXO 1 – DF FI-FGTS

**Fundo de Investimento do Fundo
de Garantia do Tempo de Serviço
– FI-FGTS**

(CNPJ nº 09.234.078/0001-45)

(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2011



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS

(CNPJ: 09.234.078/0001-45)

(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações
em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais)

Aplicações/especificações	Quantidade	Valor atual	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades		1	-
Banco conta movimento		1	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.739.294	4.938.103	23,50
Letras Financeiras do Tesouro	765.760	3.833.105	18,24
Letras do Tesouro Nacional	779.429	687.336	3,27
Notas do Tesouro Nacional	194.105	417.662	1,99
Títulos públicos	1.000	5.021	0,02
Letras Financeiras do Tesouro	1.000	5.021	0,02
Debêntures não conversíveis em ações	2.401.200	9.575.801	45,55
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	700.000	6.275.753	29,86
Madeira Energia S.A. MESA	1.500.000	2.070.474	9,85
MRS Logística S.A.	30.000	316.056	1,50
ALL AM Latina Logística Malha Sul	1	175.144	0,83
Ferrobarragem Ferrovias Bandeirantes S.A.	1	175.144	0,83
Ferro Norte S.A. Ferrovias Norte Brasil	1	175.144	0,83
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA	171.000	163.505	0,78
Iracema Transmissora de Energia S.A.	109	120.994	0,58
TESC- Terminal Santa Catarina S.A.	88	103.587	0,49
Cotas de fundos	693.512.700	1.008.783	4,80
Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento	500.000.000	558.040	2,66
Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia	193.312.600	187.676	0,89
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V - GT	200.000	162.145	0,77
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008	100	100.922	0,48
Ações sem cotação em bolsa	1.352.349.307	5.355.241	25,48
Odebrecht TransPort Participações S.A.	73.039.738	1.995.965	9,50
Foz do Brasil S.A.	129.846.574	632.817	3,01
Cone S.A.	35.099.302	576.454	2,74
Energimp S.A.	460.437.026	541.032	2,57
Alupar Investimento S.A.	29.243.000	527.740	2,51
Hidrotérmica S.A.	55.667.283	145.819	0,69
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	88.405.583	289.229	1,38
J. Malucelli Energia S.A.	85.556	226.790	1,08
Nova Cibe Energia S.A.	313.195.150	194.784	0,93
Foz do Rio Claro Energia S.A.	40.991.800	49.990	0,24
MDC Par S.A.	95.810	49.100	0,23
Ijuí Energia S.A.	42.041.590	33.189	0,16
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	30.750.000	30.809	0,15
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	21.904.181	24.276	0,12
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	22.586.549	24.063	0,11
ERB - Energias Renováveis do Brasil S.A.	8.960.165	13.184	0,06
Ações preferenciais resgatáveis	67.796.610	207.280	0,99
Hidrotérmica S.A.	67.796.610	207.280	0,99
Valores a receber		9.971	0,06
Dividendos e bonificações		9.971	0,06
Total do ativo		21.100.201	100,40
Valores a pagar		83.083	0,40
Ações a liquidar		68.350	0,33
Taxa de administração		14.712	0,07
Outros		21	-
Patrimônio líquido		21.017.118	100,00
Total do passivo e patrimônio líquido		21.100.201	100,40

As notas explicativas da Administradora são parte integrante das demonstrações financeiras.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.078/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Demonstração da evolução do patrimônio líquido
exercício findo em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Patrimônio líquido no início do exercício		
Representado por 15.995.904.577,263 cotas a R\$ 1,181760 cada	18.903.325	
Representado por 13.031.278.028,775 cotas a R\$ 1,120028 cada		14.595.392
Cotas emitidas no exercício		
527.999.391,707 cotas	649.367	
2.964.626.548,488 cotas		3.469.000
Patrimônio líquido antes do resultado do exercício	<u>19.552.692</u>	<u>18.064.392</u>
Resultados do exercício		
Receitas	<u>1.573.861</u>	<u>1.209.714</u>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	414.398	211.580
Rendas de títulos e valores mobiliários	1.159.463	998.134
Resultado da avaliação dos investimentos em ações sem cotação em bolsa	<u>50.043</u>	<u>(229.957)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	257.935	(150.718)
Redução ao valor recuperável do investimento	(207.892)	(79.239)
Despesas	<u>(159.478)</u>	<u>(140.824)</u>
Taxa de administração	(159.207)	(140.630)
Custódia	(138)	(112)
Taxa de fiscalização	(43)	(43)
Serviços técnicos especializados	(90)	(39)
Resultado do exercício	<u>1.464.426</u>	<u>838.933</u>
Patrimônio líquido no final do exercício		
Representado por 16.523.903.968,970 cotas a R\$ 1,271922 cada	<u>21.017.118</u>	
Representado por 15.995.904.577,263 cotas a R\$ 1,181760 cada		<u>18.903.325</u>

As notas explicativas da Administradora são parte integrante das demonstrações financeiras.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS

(CNPJ: 09.234.278/0001-45)

(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais

1. Contexto operacional

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, (“Fundo”), criado por autorização da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, iniciou suas atividades em 1º de julho de 2008, constituído nos termos disciplinados pela Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, e por resoluções do Conselho Curador do FGTS, sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. O destina-se a receber aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS quando autorizado pelo Conselho Curador do FGTS, do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS e tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas por meio da aplicação de seus recursos na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infra-estrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia e saneamento, por meio das seguintes modalidades de ativos financeiros e/ou participações: instrumentos de participação societária, debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa, cotas de fundo de investimento imobiliário, cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, cotas de fundo de investimento em participação, certificados de recebíveis imobiliários, contratos derivativos e títulos públicos federais.

O Fundo pode atuar no mercado de derivativos, com a finalidade de proteção dos demais ativos integrantes da carteira.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo, estão expostos aos riscos inerentes aos mercados, setores e empresas a que estiverem investidos, bem como aos fatores econômicos, conjunturais e de mercado que influenciam suas atividades e performance.

São garantidos aos recursos alocados ao Fundo, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas na forma do artigo 7º, inciso IX, da Lei nº 8.036/90.

Os investimentos em fundos não são garantidos pelo Administrador, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos – (FGC).

A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Administradora.

2. Elaboração das demonstrações financeiras



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, complementadas pelas normas previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), especificamente a Instrução CVM nº 462 de 26 de novembro de 2007, pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), pela Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007 e por demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), quando aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3. Descrição das principais práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a. Apuração do resultado

A Administradora adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se à compra de títulos com o compromisso de revenda em data futura com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizados sempre com instituições financeiras do mercado.

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

c. Títulos e valores mobiliários

Consoante com a Circular Bacen nº 3.086 de 15 de fevereiro de 2002, os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria “Títulos para negociação”.

c.1. Cotas de fundos de investimento



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são atualizados diariamente pelo valor da cota divulgada pela Administradora (CEF).

c.2. Títulos públicos federais (LFT)

Os títulos públicos integrantes da carteira do Fundo são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação. As Letras Financeiras do Tesouro são atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins diários publicados pela ANBIMA.

c.3. Debêntures não conversíveis em ações

As debêntures não conversíveis em ações por serem objeto de emissão privada em que o Fundo figura como único debenturista, e que até a presente data não são negociadas no mercado secundário e que, portanto, não possuem referência de preços de negociação, são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida pro rata temporis, de acordo com as respectivas escrituras de emissão, conforme previsto no Regulamento do Fundo.

O Fundo é um fundo aberto e tem o objetivo de investir em infra-estrutura e conferir a seus investimentos e investidores um retorno financeiro de acordo com a sua política de investimentos, tais como estruturas customizadas as necessidades dos projetos de infraestrutura e a iliquidez nos mercados em que tais títulos são negociados. Esta particularidade, somada à (i) necessidade de seus ativos refletirem a precificação e as condições descritas nos instrumentos das operações e, (ii) atender prontamente as deliberações de seu Comitê de Investimentos, as Resoluções emanadas do Conselho Curador do FGTS – CCFGTS e o Regulamento do Fundo, as debêntures não conversíveis em ações foram classificadas na categoria “Títulos para negociação”, sendo seu valor de mercado equivalente, aproximadamente, ao valor contábil.

c.4. Ações sem cotação em bolsa

As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercados de balcão organizado são avaliadas pelo seu valor de equivalência patrimonial, atualizado com base nas demonstrações financeiras da respectiva sociedade investida, acrescido ou deduzido, conforme o caso, do ágio ou deságio registrado à época da aquisição do investimento.

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição e o valor patrimonial da parcela do capital da companhia adquirida.

c.5. Redução do valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos são revisados a cada data de balanço para avaliar se há necessidade de reconhecimento de alguma perda por redução ao valor recuperável do investimento. Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo e reconhece-se a perda, caso o valor contábil seja superior ao seu valor recuperável. Essa



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

revisão é efetuada, no mínimo, uma vez ao ano e os acréscimos/decréscimos são reconhecidos no resultado do exercício.

c.6. Ações preferenciais resgatáveis

As ações preferenciais resgatáveis (Nota 5.2) são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal atualizado pela variação acumulada do IPCA, desde a data de subscrição das ações até a data de cada pagamento de dividendos. As ações terão direito a dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor do principal.

4. Debêntures não conversíveis em ações

Os investimentos em debêntures estão apresentados em 31 de dezembro de 2011 conforme quadro abaixo:

Empresa	Data de Emissão	Data Final de Vencimento	Valor emissão	Valor em 31/12/2011
ALL AM Latina Logística Malha Sul (a)	08/09/2008	31/07/2018	166.667	175.144
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (b)	23/12/2008	15/10/2029	7.000.000	6.275.753
EPESA - Centrais Elétricas de Pernambuco S/A (c)	23/01/2009	23/01/2024	171.000	163.505
Ferro Norte S.A. Ferrovias Norte Brasil (a)	08/09/2008	31/07/2018	166.667	175.144
Ferroban Ferrovias Bandeirantes S.A. (a)	10/09/2008	31/07/2018	166.666	175.144
IRACEMA - Iracema Transmissora de Energia S/A (d)	10/12/2010	10/12/2035	109.000	120.994
MESA – Madeira Energia S.A. (e)	02/04/2009	30/09/2012 (1º e 2º séries) 30/12/2012 (3º e 4º séries) 30/9/2013 (5º e 6º séries)	1.500.000	2.070.474



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

MRS - Logística S.A.	(f)	09/06/2010	01/02/2020	300.000	316.056
TESC - Terminais Santa Catarina S/A	(g)	18/12/2009	18/12/2029	88.000	103.587
TOTAL				9.668.000	9.575.801

As debêntures contam com garantias nos termos das correspondentes Escrituras Particulares de Emissão de Debêntures, representadas, principalmente, por fianças prestadas, alienação, cessão e garantias fiduciárias; penhor de direitos; e hipotecas de imóvel.

**a) ALL – América Latina Logística S/A,
(FERRONORTE/FERROBAN/MALHA SUL)**

Tem a finalidade de financiar os investimentos previstos, como: aumento da capacidade de transporte em material rodante (vagões e locomotivas), desenvolvimento de novas tecnologias (equipamentos e serviços), vias permanentes, terminais e edificações.

b) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

A finalidade dos recursos obtidos pelo emissor é para aplicação integral em projetos dos setores de energia, rodovia, hidrovias, porto e saneamento, atendendo ao disposto na Lei 11.491/2007.

c) EPESA – Centrais Elétricas de Pernambuco S/A

Tem como finalidade o desenvolvimento parcial da construção das Usinas termelétricas Termomanaus e Pau Ferro 1.

d) IRACEMA – Iracema Transmissora de Energia S/A

Tem como finalidade a capitalização da emissora para implementação de projetos de construção, operação e manutenção de instalações de transmissão compostas de linhas de 500 KV, com extensão aproximada de 400 km.

e) MESA – Madeira Energia S/A

A finalidade do investimento é a exploração da concessão da hidroelétrica de Santo Antonio e seu sistema de transmissão associado, com vistas à condução de todas as atividades necessárias à construção, operação e manutenção da referida hidrelétrica e seu sistema de transmissão.

f) MRS – MRS Logística S/A

Os recursos serão aplicados na prestação de serviços de transporte ferroviário de cargas, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes nas



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

faixas do domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão, expansão das vias existentes, controle e automação das operações e modernização e melhorias dos equipamentos, oficinas, vagões e locomotivas.

g) TESC – Terminais Santa Catarina S/A

Tem como objetivo a aplicação na construção e operação de instalações portuárias de uso público, especializadas em movimentação e armazenagem, no porto de São Francisco do Sul, de produtos florestais renováveis e/ou cargas gerais, acondicionadas em contêineres ou não.

h) CCR – Companhia de Concessões Rodoviárias S/A

Os recursos obtidos com as debêntures foram utilizados em projetos de infraestrutura rodoviária; prestação de serviços em estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estrutura metroviária, devidamente comprovados.

As debêntures da CCR foram resgatadas antecipadamente em 27 de dezembro de 2011, gerando um resultado para o Fundo, no exercício, de R\$ 77.144, sendo que deste valor R\$ 7.031 referem-se ao prêmio pago ao Fundo pelo vencimento antecipado das debêntures.

5. Investimento em ações sem cotação em bolsa

5.1 Composição

Os investimentos em ações sem cotação em bolsa estão apresentados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 conforme quadro abaixo:



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Empresas		Saldo Contábil em 31/12/2010	31 de dezembro de 2011				Resultado de avaliação do investimento em ações - 2011		
			Custo atualizado	Ágio	Redução ao valor recuperável	Saldo Contábil em 31/12/2011	Constituição/(Reversão) de provisão por redução ao valor recuperável	Equivalência Patrimonial de 2011	Total
Alupar Investimentos S.A.	(a)	475.460	284.733	243.007	-	527.740	9.887	42.393	52.280
Cone S.A.	(b)	511.001	563.684	280.119	(267.349)	576.454	(267.349)	332.802	65.453
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	(c)	474.961	43.507	245.722	-	289.229		(185.732)	(185.732)
Energimp S.A.	(d)	412.562	389.758	151.274	-	541.032	29.676	(10.574)	19.102
ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.	(e)	4.856	12.899	285	-	13.184		(5.942)	(5.942)
Foz do Brasil S.A.	(f)	647.572	270.116	382.484	(19.783)	632.817	(19.783)	5.028	(14.755)
Foz do Rio Claro Energia S.A.	(g)	37.645	49.990	-	-	49.990		12.345	12.345
Hidrotérmica S.A.	(h)	158.981	54.546	91.273	-	145.819		(13.162)	(13.162)
Ijuí Energia S.A.	(i)	34.849	33.189	-	-	33.189		(1.660)	(1.660)
J. Malucelli Energia S.A.	(j)	141.081	69.516	157.274	-	226.790		(14.291)	(14.291)
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	(k)	-	30.809	-	-	30.809	-	59	59
MDCPAR S.A.	(l)	-	21.489	27.611	-	49.100		(900)	(900)
Nova Cibe Energia S.A.	(m)	189.730	194.784	-	-	194.784	39.677	(34.623)	5.054
Odebrecht TransPort Participações S.A.	(n)	1.866.409	716.485	1.279.480	-	1.995.965		129.556	129.556
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	(p)	22.148	24.276	-	-	24.276		2.128	2.128
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	(q)	23.555	24.063	-	-	24.063		508	508
Embraport - Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A.	(o)	461.018	-	-	-	-		-	-
TOTAL 2011		5.461.828	2.783.844	2.858.529	(287.132)	5.355.241	(207.892)	257.935	50.043
TOTAL 2010							(79.239)	(150.718)	(229.957)



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Empresas	Quantidade de ações possuídas (quantidade unitárias)		Participação no capital total da sociedade %
	ON	PN	
Alupar Investimentos S.A.	29.243.000	-	17,84%
Cone S.A.	35.099.302	-	39,75%
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	29.468.527	58.937.056	37,08%
Energimp S.A.	460.437.026	-	45,00%
ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.	8.960.165	-	49,0%
Foz do Brasil S.A.	129.846.574	-	26,53%
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	40.991.800	49,99%
Hidrotérmica S.A.	55.667.283	67.796.610	21,33%
Ijuí Energia S.A.	-	42.041.590	49,99%
J. Malucelli Energia S.A.	85.556	-	36,49%
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	30.750.000	-	45,00%
MDCPAR S.A.	95.810	-	38,00%
Nova Cibe Energia S.A.	313.195.150	-	49,65%
Odebrecht TransPort Participações S.A.	73.039.738	-	30,00%
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	-	21.904.181	49,99%
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	-	22.586.549	49,99%

a. Alupar Investimento S.A.

Alupar Investimento S.A. é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

A Alupar participa em 9 empresas geradoras e 19 empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, estando ainda no aguardo das autorizações dos Órgãos Reguladores do Setor Elétrico no Chile, para obter o controle acionário da Transchile Charrúa Transmisión S.A., que atualmente é de propriedade da Guarupart Participações Ltda., atual controladora da Companhia.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 16 de fevereiro de 2012.

b. Cone S.A.

A Cone S.A. é uma entidade domiciliada na cidade de Recife-PE, constituída em 06 de abril de 2010 por meio da contribuição de ativos e projetos detidos pela antiga controladora, Moura Dubeux Engenharia S.A.. Em desenvolvimento desde 2007, tem o objetivo de prover a infra-estrutura e competências logísticas integradas para regiões próximas a pólos de investimentos, com foco no nordeste do Brasil, explorando o significativo potencial por meio da implantação e exploração de empreendimentos logísticos e de infra-estrutura industrial na região do complexo portuário e industrial de Suape, em Pernambuco.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 4 de abril de 2012.

c. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.

A Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (“Companhia” ou “EEVP”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo – SP, controlada pela Denerge – Desenvolvimento Energético S.A. (“Denerge”), que atua exclusivamente como holding, controladora de participações societárias, tendo como objetivo principal a participação acionária em empresas controladas e coligadas, diretas e relativas (indiretas), vinculadas à atividade de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou com ele relacionado. A Companhia detém investimento na controlada direta, REDE ENERGIA S.A. que tem por objetivo a produção, transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão legal e nos termos da legislação em vigor, podendo participar de outras sociedades congêneres e exercer atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou com ele relacionado.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data. O relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 dessa Companhia, datado



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

de 28 de março de 2012, menciona que não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a sua opinião de auditoria e, conseqüentemente, não expressaram opinião sobre as referidas demonstrações financeiras da Companhia, devido à relevância dos assuntos sumariados a seguir:

(i) a Companhia possui participação direta na Rede Energia S.A – REDE, a qual controla indiretamente a Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA, que teve seu pedido de recuperação judicial deferido em 29 de fevereiro de 2012 e incorreu em prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e nessa data apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes, o que suscitam dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da CELPA; (ii) incertezas significativas quanto a probabilidade de realização dos créditos tributários ativos da CELPA; (iii) não apresentação da documentação-suporte para os registros dos montantes reconhecidos como depósitos judiciais na CELPA; (iv) incertezas significativas quanto à probabilidade de realização do ágio registrado na REDE referente a CELPA; (v) a REDE possui participação direta na Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT, que tem tido dificuldades significativas de captação e renovação de seus empréstimos e financiamento, o que vem resultando em dificuldades de liquidar suas dívidas e outros compromissos de curto prazo e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2011, o que suscitam dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da CEMAT; e (vi) a Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, controlada da REDE, vem apresentando falta de captação e renovação de seus empréstimos e financiamentos, o que vem resultando em dificuldades de liquidar suas dívidas e outros compromissos de curto prazo, o que suscitam dúvida relevante quanto à capacidade operacional da CELTINS. Adicionalmente, a CELTINS possui valores a receber da CELPA, cuja realização desse saldo está vinculada a aprovação do Plano de Recuperação Judicial da CELPA.

d. Energimp S.A.

A Energimp S.A. é uma holding que tem como objetivo a exploração, por meio de participação em consórcios ou em outras sociedades de usinas de geração de energia elétrica, nas formas permitidas em lei e mediante a obtenção das correspondentes concessões e autorizações; a importação de bens e serviços relacionados com os objetivos mencionados; e a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 17 de fevereiro de 2012.

e. ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.

A ERB é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como principais objetivos (i) o desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimentos de produção de biomassa e/ou industrialização de matéria-prima combustível a partir



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

de biomassa destinado à produção de energia térmica e/ou energia elétrica para o fornecimento a terceiros; (ii) a comercialização de energia gerada em tais empreendimentos; (iii) a realização de estudos, gerenciamento, supervisão, operação e manutenção dos referidos empreendimentos; e (iv) a plantação e desenvolvimento de florestas ou cultivo de outras culturas para fins energéticos.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 27 de janeiro de 2012.

f. Foz do Brasil S.A.

A Foz do Brasil S.A. foi constituída em 24 de janeiro de 2008 e, por meio de suas controladas, tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em três segmentos: Água e Esgoto – concessões públicas de água e esgoto; Operações Industriais – terceirização de Centrais de Utilidades; e Resíduos – diagnóstico e remediação de áreas contaminadas, monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, e valorização energética dos resíduos sólidos urbanos.

A Foz do Brasil S.A. e suas controladas são parte integrante da Organização Odebrecht, controlada pela Odebrecht Engenharia Ambiental.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 02 de março de 2012.

g. Foz do Rio Claro Energia S.A.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é uma “SPE – Sociedade de Propósito Específico” e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 e tem por objeto social explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro, municípios de São Simão e Caçu, denominado Usina Hidrelétrica Eng^o José Luiz de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à Central Geradora; e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A..

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 16 de fevereiro de 2012.

h. Hidrotérmica S.A.

Ações ordinárias



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

A Hidrotérmica S.A. tem por objeto social a participação em sociedades cujo objeto incluía: (i) a implantação e a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica e infra-estrutura correlata, incluindo pequenas centrais hidrelétricas, (ii) a comercialização de energia elétrica gerada em tais empreendimentos, e (iii) a realização de estudos, projetos, comissionamento, testes, operação, manutenção, gerenciamento, supervisão, aquisição de equipamentos e materiais e a contratação de terceiros para tanto.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 15 de março de 2012, que continha ressalva quanto à documentação suporte para a contabilização do ativo imobilizado da companhia investida indireta UTE Central Energética Palmeiras S.A. que está em nome da controladora da Hidrotérmica S.A. (Bolognesi Participações S.A.), a qual foi responsável pela administração e gerenciamento da construção. O valor do patrimônio líquido da investida indireta, em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 47.238.

i. Ijuí Energia S.A.

A Ijuí Energia S.A. é uma “SPE” – “Sociedade de Propósito Específico” que foi constituída em 16 de janeiro de 2009 e tem por objeto explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões, denominado Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à Central Geradora; e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A..

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 16 de fevereiro de 2012.

j. J Malucelli Energia S.A.

A J. Malucelli Energia S.A. tem por objeto social a exploração do ramo de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, geração hidrelétrica e geração hidrelétrica e térmica, mediante autorização do Poder Público, importação e comercialização de energia, participação em licitações na privatização de empresas distribuidoras de energia elétrica, representação comercial e comércio de produtos, bens e serviços ligados aos empreendimentos que compõem o objeto social, participação em outras sociedades no país e no exterior, como sócio cotista ou acionista em projetos e empreendimentos ligados ao objeto social.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 08 de março de 2012.

k. Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.

A Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A. foi constituída em 18 de maio de 2011 sendo transformada em sociedade por ações, de capital fechado, em 04 de outubro de 2011, e tem por objeto social a participação em “Sociedades de Propósito Específico” (SPE), para o desenvolvimento de Parques Logísticos, onde serão construídos empreendimentos imobiliários relacionados a logística e indústria leve.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 28 de fevereiro de 2012.

l. MDCPAR S.A.

O MDCPAR S.A. foi constituída em 22 de janeiro de 2007 e tem por objeto social a partir de reforma estatutária introduzida em novembro de 2011, o desenvolvimento, implantação e/ou operação, sob qualquer forma, de negócios, projetos e empreendimentos nas áreas de logística, energia, petróleo e gás natural.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 10 de fevereiro de 2012.

m. Nova Cibe Energia S.A.

A Nova Cibe Energia S.A. tem como objeto social a participação em outras sociedade, nacionais ou internacionais, personificadas ou não, na qualidade de sócio ou acionista em projetos relacionados à produção de energia.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datado de 03 de abril de 2012, que continha limitação de escopo quanto à (i) registro de provisão para não recuperação sobre ágio originado de aquisição em controlada no montante de R\$ 5.272 sem mensuração dos possíveis impactos desse teste no resultado do exercício anterior; (ii) não obtenção de todas as respostas de circularização dos saldos bancários, empréstimos, financiamentos e demais operações financeiras para as controladas Borborema Energética S.A., Marcanaú Geradora de Energia S.A. e Lambari Geradora de Energia S.A.; (iii) as controladas Borborema Energética S.A. e Marcanaú Geradora de Energia S.A. não concluíram laudo de revisão das vidas úteis dos seus ativos imobilizados; e (iv) a controlada Arembepe Energia S.A. vem



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

apresentando deficiências nos sistemas contábil e de controles internos do ativo imobilizado; e ênfases quanto à (i) companhia mantém relações e operações em montantes significativos com partes relacionadas; (ii) penalidades no montante de R\$ 15.355 pelo atraso na construção de subestação na controlada Energética Suape II S.A.; e (iii) as controladas Arembepe Energia S.A. e Energética Suape II S.A. vem apresentando contínuos prejuízos operacionais e capital circulante líquido negativo, fatores estes que geram dúvidas quanto à continuidade operacional dessas controladas.

n. Odebrecht TransPort Participações S.A.

A Odebrecht TransPort Participações S.A. foi constituída em 12 de maio de 2008. Em 3 de agosto de 2009 a Companhia foi adquirida pela Odebrecht Participações e Investimentos S.A., anteriormente denominada Odebrecht Investimentos em Infra-Estrutura. Atualmente, a Companhia tem por objeto social (i) participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, dutos, portos, aeroportos, e/ou infraestrutura urbana; (ii) operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviço público, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) participação de consórcios ou de sociedades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens (i) e (ii) acima.

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht TransPort S.A..

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 06 de março de 2012.

o. Emraport – Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A.

A Emraport tem como objeto social o desenvolvimento do projeto, a construção e a exploração de terminais portuários e ou retro-portuário no município de Santos e na área de influência.

Em 22 de agosto de 2011, por meio da Assembleia Geral Extraordinária da Odebrecht TransPort Participações S.A. foi aprovada a integralização das 22.972.952 ações mediante a conferência ao seu capital social de 24.678.045 ações da Emraport – Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. pelo valor de R\$ 596.500. Desta forma, o Fundo integralizou a totalidade de sua participação acionária na Odebrecht TransPort Participações S.A..



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

No momento da transação, as 24.678.045 ações da Embraport montavam a R\$ 461.018. Essa operação gerou uma receita de R\$ 135.482 no Fundo no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e está registrada na rubrica “Rendas de títulos e valores mobiliários”.

p. Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

A Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A., é uma “Sociedade de Propósito Específico - SPE”, e tem como objetivo construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Lavrinhas – PCH, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. A Usina encontra-se instalada no município de Lavrinhas - SP, no limite entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 16 de fevereiro de 2012.

q. Usina Paulista Queluz de Energia S.A.

A Usina Paulista Queluz de Energia S.A. é uma “Sociedade de Propósito Específico - SPE”, e tem como objetivo construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Queluz – PCH, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. A Usina encontra-se instalada no município de Queluz - SP, no limite entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 16 de fevereiro de 2012.

5.2 Ações preferenciais resgatáveis Hidrotérmica S.A.

O Fundo adquiriu em 20 de abril de 2011, 67.796.610 ações ordinárias preferenciais, resgatáveis e conversíveis em ações ordinárias, de classe “A”, nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, pro rata temporis, sobre o valor correspondente a R\$ 200.000, atualizados pela variação acumulada do IPCA, desde a data da subscrição das ações em questão até a data de cada pagamento de dividendos. O resgate das ações será realizado em 11 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro resgate em 20 de abril de 2015.

O saldo das ações preferenciais atualizado pelo IPCA em 31 de dezembro de 2011 monta a R\$ 207.280 e os dividendos mínimos cumulativos totalizam R\$ 9.971. A receita total com esse investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 monta a R\$ 17.251.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Os investimentos em ações preferenciais resgatáveis estão apresentados em 31 de dezembro de 2011 conforme quadro abaixo:

Empresa	Data de Emissão	Data Início do Resgate	Data Final de Vencimento	Valor emissão	Valor em 31/12/2011
Hidrotérmica S.A.	20/04/2011	20/04/2015	20/04/2025	200.000	207.280
TOTAL				200.000	207.280

5.3 Resultado de equivalência patrimonial e redução ao valor recuperável

As demonstrações financeiras das respectivas empresas investidas foram disponibilizadas nos meses de fevereiro a abril de 2012. Com base nessas demonstrações financeiras foi aplicado o método de equivalência patrimonial, cujo resultado positivo de equivalência patrimonial contabilizado no exercício de 2011 monta a R\$ 257.935 (Em 2010 - resultado negativo de R\$ 150.718), e está registrado na rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”.

Em 31 de dezembro de 2011 os valores recuperáveis dos investimentos, incluindo os ágios, foram analisados com base em Avaliações Econômicas Financeiras elaboradas por empresas especializadas independentes, considerando o percentual de participação detido pelo Fundo, como o objetivo de verificar a existência de indícios de perda do valor recuperável dos investimentos. Considerando o resultado das referidas avaliações, foi verificado em 31 de dezembro de 2011 indícios de perda do valor recuperável dos investimentos no montante de R\$ 207.892 (Em 2010 - R\$ 79.239), sendo que o registro contábil dessa perda estimada foi registrado contabilmente na rubrica de “Redução ao valor recuperável do investimento”.

6. Comitê de investimento

O comitê de investimento do Fundo é composto por 12 membros e respectivos suplentes, sendo:

- a) 6 membros representantes da sociedade civil com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 3 da bancada de trabalhadores e 3 da bancada patronal; e
- b) 6 membros representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 1 membro do Ministério do Trabalho e Emprego, 1 membro do Ministério da Fazenda, 1 membro do Ministério das Cidades, 1 membro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1 membro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e 1 membro da Caixa Econômica



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Federal.

Os membros do Comitê de Investimento são técnicos aprovados e designados pelo Conselho Curador, a partir de indicação dos órgãos e entidade do Governo e das bancadas da Sociedade Civil que o integram. Os membros do Comitê de Investimento do Fundo têm mandato de 2 anos, admitida a recondução. A presidência do Comitê de Investimento é rotativa, sendo o presidente eleito dentre os seus membros, com prazo do mandato de um ano.

De acordo com a Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, compete ao Comitê de Investimento, previsto na Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, submeter ao Conselho Curador do FGTS proposta de política de investimento do FI-FGTS e aprovar os investimentos e desinvestimentos do FI-FGTS.

7. Integralização e resgate de cotas

A subscrição inicial de recursos do Fundo correspondeu a R\$ 5.000.000 e foi integralizado da seguinte forma:

- a) o valor de R\$ 50.000 foi integralizado em até 30 dias após o registro do Fundo na CVM;
- b) o restante foi integralizado após aprovação dos projetos pelo Comitê de Investimento nos respectivos valores.

As integralizações são efetuadas pelo valor da cota apurada no fechamento do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor em favor do Fundo, observado o horário fixado pela Administradora. O valor da cota corresponde à divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de cotas emitidas.

Após a aplicação integral do valor inicial, a Administradora poderá propor ao Conselho Curador do FGTS subscrições adicionais de parcelas de R\$ 5.000.000 cada, até ser atingido o valor limite de R\$ 24.320.286, equivalentes a 80% do Patrimônio Líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2008.

As integralizações de recursos ocorridas desde o início das atividades do Fundo estão demonstradas abaixo:

	Quantidade de cotas emitidas	Montante integralizado
Aporte inicial em 01/07/2008	50.000.000,000	50.000
Demais aportes em 2008	8.852.166.037,393	9.249.032
Demais aportes em 2009	4.129.111.991,382	4.508.537



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Demais aportes em 2010	2.964.626.548,488	3.469.000
Demais aportes em 2011	527.999.391,707	649.367
Total aportado até 31/12/2011	16.523.903.968,970	17.925.936

Somente haverá resgate de cotas do Fundo quando deliberado pelo Conselho Curador do FGTS.

Em 14 de dezembro de 2010, com base na Resolução nº 651 do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, foi alterado o Regulamento do Fundo, no artigo relacionado ao valor subscrito, que passou a ter a seguinte redação:

“Artigo 17 – Após a aplicação integral do valor inicial, a ADMINISTRADORA poderá propor, ao Agente Operador do FGTS, integralizações adicionais de parcelas de até R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) cada, até ser atingido o valor limite de R\$ 26.395.434.667,78 (vinte e seis bilhões, trezentos e noventa e cinco milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e setenta e oito centavos), equivalentes a 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido do FGTS, registrado em 31 de dezembro de 2009, acrescido de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) destinados a integralização de cotas do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS pelos cotistas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.”

“Parágrafo Único - As propostas para integralizações adicionais serão apresentadas pela ADMINISTRADORA ao Agente Operador do FGTS, que as submeterá a aprovação do Conselho Curador do FGTS.”

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não foi elaborada resolução pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço que alterasse o limite para o aumento do Patrimônio Líquido do Fundo.

8. Gerenciamento de riscos

a. Tipos de riscos

Risco de Mercado

Risco de Mercado: está relacionado à maior ou menor desvalorização das cotas do Fundo, devido as alterações nas condições macro/micro econômicas e/ou políticas, nacionais e internacionais, que podem impactar o mercado, tais como: oscilações nas taxas de juros prefixadas ou pós-fixadas, índices de preços, taxa de câmbio, preços das ações e/ou índices do mercado acionário. Pelo fato do Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo aplica manterem seus ativos avaliados diariamente a preços de mercado, nos casos em que houver queda no valor dos ativos, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. As perdas podem ser temporárias, não existindo, contudo, garantias de que possam ser revertidas ao longo prazo. As



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

oscilações do mercado podem afetar com maior intensidade o preço dos ativos de longo prazo.

Risco relacionado às Companhias Alvos e às Sociedades investidas

Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo é feita em participações ou investimentos relacionados a participações que, por sua natureza, envolvem risco do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais. Não se pode garantir que o administrador e/ou o comitê de investimento irão avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preço e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores inerentes aos mesmos e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Consequentemente, o desempenho do Fundo em um período específico não pode ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O Fundo investirá na companhia alvo e indiretamente nas sociedades controladas pela companhia alvo, as quais atuam em setores regulamentados, como por exemplo, os setores de energia elétrica, saneamento, ferrovias, portos, rodovias. As operações de tais sociedades estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas sociedades. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho dessas sociedades e do Fundo. Além disso, não há garantia de que essas sociedades acompanhem *pari passu* o desempenho do seu respectivo setor.

Risco de Crédito

Está relacionado à possibilidade dos emissores ou contrapartes dos ativos que fazem ou venham a fazer parte da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimentos nos quais o Fundo investe não cumprirem suas obrigações de pagamento do principal e dos respectivos juros de suas obrigações, por ocasião dos vencimentos finais e/ou antecipados. Adicionalmente, os contratos de derivativos estão eventualmente sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação.

Risco de Liquidez

Esta relacionado à possibilidade do Fundo não ter recursos necessários para o cumprimento de suas obrigações de pagamento de resgates de cotas deliberados pelo Conselho Curador do FGTS nos prazos legais ou no montante solicitado, em decorrência de condições atípicas de mercado ou possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos componentes da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo investe, por condições específicas atribuídas a tais ativos ou aos mercados em que são negociados. A falta de liquidez no mercado também pode ocasionar a alienação dos ativos por valor inferior ao efetivamente contabilizado e pode afetar com maior intensidade os ativos de longo prazo. Essas



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

dificuldades podem se estender por períodos longos e serem sentidas mesmo em situações de normalidade nos mercados.

b. Gerenciamento de riscos

A Administradora possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os investimentos do Fundo. Para o gerenciamento do risco são utilizados modelos estatísticos, tais como o VaR (“Value at Risk”); que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a Análise de “Stress” que é utilizada para estimar a perda potencial, considerando-se um certo nível de confiança, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob cenários de “stress”. O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do Fundo.

A despeito da diligência da Administradora na defesa dos interesses dos cotistas e na busca pela constituição de instrumentos mitigadores de risco, não há garantia de que os recursos investidos estarão imunes à influência dos riscos mencionados.

O Fundo não realizou operações com instrumentos derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

9. Taxa de administração

A taxa de administração paga pelo Fundo corresponde a 1,0% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzidos os valores aplicados em disponibilidades. Sobre as disponibilidades, incide a taxa de administração de 0,10% ao ano. De acordo como regulamento do Fundo, as disponibilidades referem-se às aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e saldo de caixa. A remuneração é provisionada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A correspondente despesa, no exercício, foi R\$ 159.207 (Em 2010 - R\$ 140.630).

A taxa de administração não compreende os serviços de custódia, controladoria e demais serviços contratados pelo Fundo e é vedada a cobrança de taxa de performance.

10. Encargos e despesas debitadas ao fundo

Os encargos e as despesas debitadas ao Fundo e os seus respectivos percentuais em relação ao patrimônio líquido médio do exercício de R\$ 19.861.305 (R\$ 16.176.359 em 2010) são os seguintes:

Taxa de Administração		Outras despesas	
R\$	%	R\$	%



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

31 de dezembro de 2011	159.207	0,80	269	-
31 de dezembro de 2010	140.630	0,87	194	-

11. Custódia

As operações compromissadas e os títulos públicos federais estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil e as ações estão registradas nos Livros de Registro de Ações das empresas investidas. O Fundo possui debêntures escriturais e debêntures registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

12. Legislação tributária

Conforme a Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007, são isentos de imposto de renda os ganhos do Fundo. A atual legislação fiscal estabelece que os recursos estão sujeitos a alíquota zero no que se refere ao Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF/Títulos).

13. Evolução do valor da cota e rentabilidade

A rentabilidade do Fundo desde a sua constituição e o valor da cota de encerramento dos exercícios foram os seguintes:

Data	Valor da cota R\$	Rentabilidade (%)
1º de julho de 2008	1,000000	-
31 de dezembro de 2008	1,050101	5,01
31 de dezembro de 2009	1,120028	6,66
31 de dezembro de 2010	1,181760	5,51
31 de dezembro de 2011	1,271922	7,63

14. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

15. Contrato de prestação de serviços

A Administradora contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos relativos ao Fundo.

16. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, registre-se



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

que o Fundo, no exercício, não contratou nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa em patamares superiores a 5% do total dos custos de auditoria externa referentes a este Fundo. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

17. Eventos Subsequentes

(a) Em 24 de janeiro de 2012 o Fundo adquiriu 250 debêntures emitidas pela OAS S.A. ao preço de R\$ 1.000 cada. Os recursos obtidos com as debêntures serão utilizados em projetos de infra-estrutura por meio da emissora ou por suas afiliadas, de acordo com o previsto nos instrumentos da operação.

(b) Em 24 de janeiro de 2012 e 23 de março de 2012, o Fundo integralizou recursos nos montantes de, R\$ 34.930 e R\$ 23.003, respectivamente, no Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia.

(c) Em 03 de fevereiro de 2012 e 27 de março de 2012, o Fundo integralizou recursos nos montantes de, R\$ 3.307 e R\$ 10.005, respectivamente, na ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A..

(d) Em 22 de fevereiro de 2012, o Fundo integralizou recursos no montante de R\$ 50.000 na J. Malucelli Energia S.A..

(e) Em 16 de março de 2012, o Fundo integralizou recursos no montante de R\$ 52.600 na Cone S.A.

(f) Conforme comunicado ao mercado em anúncio de “Fato Relevante” publicado em 28 de fevereiro de 2012, a Rede Energia, Controlada da Investida EEVP em conjunto com a Controlada relativa CELPA (“CELPA”), nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3/1/2002, informaram que ajuizaram, perante a Comarca da Capital do Estado do Pará, pedido de recuperação judicial da CELPA, nos termos dos artigos 47 e seguintes da Lei nº 11.101/2005, com o objetivo de viabilizar a superação de sua situação de crise econômico financeira, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Todos os créditos existentes contra a CELPA até a data do ajuizamento do pedido, ainda que não vencidos, ressalvadas as exceções legais, estão sujeitos à recuperação judicial, nos termos do artigo 49 da Lei nº 11.101/2005, e deverão ser pagos nos termos do plano de recuperação judicial.

Durante o procedimento de recuperação judicial, a CELPA permanece na condução da sua atividade empresarial, nos termos do artigo 64 da Lei nº 11.101/2005. O impacto da recuperação judicial nas demonstrações financeiras da CELPA somente serão conhecidos após a aprovação do plano de recuperação judicial previsto na legislação.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Castoamor Simões
Contador CRC-1SP 193.672/O-5

Marcos Roberto Vasconcelos
Vice Presidente

* * *



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

ANEXO 2 – PARECER AUDITORIA INDEPENDENTE

**Fundo de Investimento do Fundo
de Garantia do Tempo de Serviço
– FI-FGTS**

(CNPJ nº 09.234.078/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2011



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS



**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Cotista
Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS (o “Fundo”), que compreendem a demonstração da composição e diversificação das aplicações em 31 de dezembro de 2011 e a demonstração da evolução do patrimônio líquido do exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração
sobre as demonstrações financeiras**

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

2

*PricewaterhouseCoopers, Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino, São Paulo, SP, Brasil 05001-903, Caixa Postal 61005
T: (11) 3674-2000, F: (11) 3674-2000, www.pwc.com/br*



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS



Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 5.1 (c) às demonstrações financeiras, o Fundo tem investimento na Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (“investida”), avaliada pelo método de equivalência patrimonial, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 289.229 mil e o resultado produzido pela participação do Fundo no prejuízo dessa Companhia no exercício findo nessa data é de R\$ 185.732 mil. Devido à relevância dos assuntos descritos na referida Nota 5.1 (c), que descreve as razões para a abstenção de opinião pelo auditor da investida sobre as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar uma opinião de auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras da investida. Consequentemente, não foi praticável determinar eventuais ajustes nas demonstrações financeiras do Fundo.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho das suas operações do exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Ênfase

Conforme descrito nas Notas 3 (c) e 5, o Fundo investe em empresas de capital fechado, e as suas ações não são cotadas em bolsa de valores nem negociadas de forma frequente em mercados organizados. Tais investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, ajustado por provisão para perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Dessa forma, o valor de tais investimentos poderá vir a ser significativamente diferente quando da sua efetiva realização financeira, com a consequente repercussão no valor da cota do Fundo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

São Paulo, 08 de maio de 2012


Ricardo Daniel Cooper
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000169/O-5 “F” DF


Luis Carlos Matias Ramos
Contador CRC 18P171564/O-1 “S” DF



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

ANEXO 3 – INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS - FI-FGTS				
SETOR	MÉTRICA	OBJETIVO	PERIODICIDADE	FONTE DE DADOS
Energia	Quantidade de energia a ser gerada (megawatts) dos projetos do FI-FGTS em relação à capacidade instalada no país.	Mensurar o impacto dos projetos do FI-FGTS em relação à ampliação da capacidade instalada de energia no país.	Semestral*	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
	Quantidade de Energia Limpa ¹ a ser gerada (megawatts) dos projetos do FI-FGTS em relação à capacidade instalada no país.	Mensurar o impacto dos projetos do FI-FGTS em relação à ampliação da capacidade instalada de energia limpa no país.	Semestral*	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
	Transmissão de energia (km) dos projetos do FI-FGTS em relação à capacidade instalada no país.	Mensurar o impacto dos projetos do FI-FGTS em relação à ampliação da capacidade de transmissão de energia do país.	Semestral*	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
	Distribuição de energia (nº de ligações) dos projetos do FI-FGTS em relação ao total instalado no país.	Mensurar o impacto dos projetos do FI-FGTS em relação à ampliação da capacidade de distribuição de energia do país.	Semestral*	Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE
Observações:	(*) Consideramos como Energia Limpa: Hidrelétrica, Eólica, Solar, Termelétrica de Biomassa e Termelétrica a Gás Natural. Os dados sobre a capacidade instalada de energia gerada devem ser coletados semestralmente no primeiro dia útil do ano e no primeiro dia útil após o mês de junho. Endereço para coleta: http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp Dados sobre transmissão de energia devem ser coletados no relatório anual emitido pela ANEEL. O relatório tem defasagem de um ano.			
Ferrovia	Produção Ferroviária (em TKU) atendida com projetos do FI-FGTS comparativamente à produção ferroviária do país.	Mensurar o nível de relevância e impactos dos projetos do FI - FGTS em relação à produção ferroviária existente.	Semestral*	Associação Nacional dos Transportes Ferroviários - ANTF
Observações:	TKU: Tonelada Quilometro Útil Transportada Há possibilidade de utilização de dados estimados pela ANTF (caso de 2010).			
Portos	Movimento de cargas (milhões de toneladas) dos projetos FI-FGTS, comparativamente ao movimento de cargas (milhões de toneladas do país).	Mensurar a participação do movimento de cargas dos projetos do FI-FGTS em relação ao movimento de cargas no Brasil.	Semestral*	Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
	Capacidade (em milhões de toneladas) de gerar movimentação de cargas dos projetos do FI-FGTS.	Mensurar a capacidade de gerar movimentação de cargas dos projetos do FI-FGTS.	Semestral*	Consulta as empresas que receberam recursos do FI-FGTS
Rodovia	Malha rodoviária pavimentada (em Km) atendida com projetos do FI-FGTS comparativamente à malha rodoviária pavimentada no país.	Mensurar o nível de relevância e impactos dos projetos do FI - FGTS em relação à malha rodoviária pavimentada existente.	Semestral*	Confederação Nacional do Transporte - CNT
Saneamento	Domicílios atendidos com os projetos do FI - FGTS, no setor de abastecimento de água	Mensurar impactos dos projetos FI - FGTS em saneamento no setor de abastecimento de água com relação a domicílios atendidos	Semestral*	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
	Domicílios atendidos com os projetos do FI - FGTS, no setor de esgotamento sanitário.	Mensurar impactos dos projetos FI - FGTS em saneamento no setor de esgotamento sanitário com relação a domicílios atendidos	Semestral*	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
Todos os Setores	Quantidade de empregos diretos e indiretos gerados com os projetos do FI - FGTS.	Avaliar quantidade de pessoas beneficiadas com a geração de emprego.	Semestral	Consulta as empresas que receberam recursos do FI-FGTS

* Os dados deverão ser coletados semestralmente. Caso não haja posição semestral, utilizar as dados do último informe das fontes.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

ANEXO 4 – INDICADORES FI-FGTS 2011

INDICADORES - FI-FGTS (Posição em 31/12/2011)			
ENERGIA - Geração ¹			
Energia	(MW)		
	31/12/2011	% Variação	31/12/2010
Total (FI-FGTS)	24.478	10,09%	22.235
Total Brasil	117.007	3,25%	113.327
Participação FI-FGTS no Setor	20,92%	6,62%	19,62%
ENERGIA LIMPA - Geração ²			
Energia	(MW)		
	31/12/2011	% Variação	31/12/2010
Total (FI-FGTS)	22.581	7,79%	20.950
Total Brasil	117.007	3,25%	113.327
Participação FI-FGTS no Setor	19,30%	4,40%	18,49%
ENERGIA - Distribuição ³			
Energia	(N° de ligações)		
	31/12/2011	% Variação	31/12/2010
Total (FI-FGTS)	396.383	0,00%	396.383
Total Brasil	57.576.838	0,00%	57.576.838
Participação FI-FGTS no Setor	0,69%	0,00%	0,69%
ENERGIA - Transmissão ⁴			
Energia	(Km)		
	31/12/2011	% Variação	31/12/2010
Total (FI-FGTS)	2.795	37,48%	2.033
Total Brasil	95.819	2,71%	93.295
Participação FI-FGTS no Setor	2,92%	33,86%	2,18%
FERROVIA ⁵			
Ferrovia	(TKU)		
	31/12/2011	% Variação	31/12/2010
Total (FI-FGTS)	102.242.614.607	8,61%	94.138.109.417
Total Brasil	278.400.000.000	0,00%	278.400.000.000
Participação FI-FGTS no Setor	36,73%	8,61%	33,81%



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

RODOVIA ⁶			
Rodovia	(Km)		
	31/12/2011	% Variação	31/12/2010
Total (FI-FGTS)	1.298	0,00%	1.298
Total Brasil	92.747	1,98%	90.945
Participação FI-FGTS	1,40%	-1,94%	1,43%
Total de Rodovia sob Concessões	15.374	5,65%	14.552
Participação FI-FGTS no Setor	8,44%	-5,35%	8,92%

SANEAMENTO ⁷			
Saneamento	(Nº de domicílios atendidos)		
	31/12/2011	% Variação	31/12/2010
FI-FGTS			
Água	536.313	240,66%	157.433
Esgoto	634.884	83,84%	345.340
Total (FI-FGTS)	1.171.197	132,95%	502.773
Total Brasil	80.226.000	0,00%	80.226.000
Água	49.455.000	0,00%	49.455.000
Esgoto	30.771.000	0,00%	30.771.000
Participação FI-FGTS no Setor	1,46%	132,95%	0,63%
Água	1,08%	240,66%	0,32%
Esgoto	2,06%	83,84%	1,12%

PORTOS ⁸			
Portos	(Ton)		
	31/12/2011	% Variação	31/12/2010
Total (FI-FGTS)	18.400.000	4,55%	17.600.000
Total Brasil	833.882.799	0,00%	833.882.799
Participação FI-FGTS no Setor	2,21%	4,55%	2,11%

EMPREGOS ⁹			
Empregos			
	31/12/2011	% Variação	31/12/2010
Total	334.821	5,91%	316.135



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Notas Explicativas

- 1 - Energia - Geração: Capacidade Instalada Medida em Megawatt (MW)
- 2 - Energia Limpa - Geração: Potência Gerada Medida em Megawatt (MW). Consideramos como Energia Limpa: Hidrelétrica, Eólica, Solar, Termelétrica de Biomassa e Termelétrica a Gás Natural.
- 3 - Energia - Distribuição: Medida em número de ligações (Unidades consumidoras). O último relatório de medição nacional foi feito em 2010.
- 4 - Energia - Transmissão: Medida a extensão das linhas por quilometragem. Parte dos recursos investidos pelo FI-FGTS na CEEE foram alocados em subestações de transmissão. Neste caso, a medida utilizada é MVAR que não é conversível para extensão em quilômetros.
- 5 - Ferrovias: Medida a produção ferroviária em TKU (toneladas por quilometro útil). A capacidade de carga na Ferrovia dos Carajás (CVRD) foi medida em MTPA (milhões de toneladas por ano), que não é conversível para TKU. O último relatório de medição nacional foi feito em 2010. Ajustamos o valor de 31/12/2010, pois no período de coleta dos dados nacionais utilizamos uma projeção da ANTT.
- 6 - Rodovia: Medida a malha rodoviária pavimentada em quilômetros. Parte dos recursos utilizados investidos na Odebrecht foram alocados em dutovias e se referem a infra-estrutura complementar do setor Rodovia. Os dados das investidas de 31/12/2010 foram ajustados, pois no período utilizamos uma projeção por falta de informações enviadas pelas companhias.
- 7 - Saneamento: Medição do número de domicílios atendidos. O último relatório de medição nacional foi feito em 2009.
- 8 - Portos: Medição da capacidade de movimentação geral de cargas nos portos e terminais brasileiros em toneladas. O último relatório de medição nacional foi feito em 2010.
- 9 - Empregos: Os valores expressos foram informados pelas companhias investidas.
- 10 - Logística: Os recursos investidos na CONEPAR, MDCPAR e Logbras se referem a estrutura complementar aos indicadores acima. Não foram criados dados nacionais para comparativo.

Fontes do Total Brasil:

- Energia - Geração: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
Energia - Distribuição: Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDEE
Energia - Transmissão: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
Ferrovia: Confederação Nacional do Transporte - CNT
Portos: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
Rodovia: Confederação Nacional do Transporte - CNT
Saneamento: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental